



apcc 
associação
portuguesa de
contact centers

CONTACT CENTERS 
PORTUGAL
**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021

24 de novembro de 2021

Hotel Cascais Miragem



“Os desafios futuros da economia Portuguesa”

Joaquim Miranda Sarmiento

Legal disclaimer: Qualquer opinião apenas vincula o autor e nenhuma entidade a que o autor possa estar ligado e muito menos a APCC



- Professor Auxiliar (com Agregação) no ISEG
- Assistente no ISEG entre 2007 e 2014
- P.h.D in Finance Tilburg University
- Economista na DGCI (1999-2005) e na DGO (2005-2010)
- Consultor na UTAO (2010-2011)
- Assessor Económico do Presidente da República entre 2012 e 2016

<https://sites.google.com/view/joaquimirandasarmento/home>

jsarmento@iseg.ulisboa.pt



- **Parte I:** A estagnação económica dos últimos 20 anos
- **Parte II:** A recessão 20-21 (Covid-19)
- **Parte III:** Os estrangulamentos da competitividade da economia Portuguesa
- **Parte IV:** O sistema fiscal e a competitividade
- **Parte IV:** Que programas e medidas para uma economia mais competitiva?
- **Parte VI:** As 4 prioridades



Parte I

A estagnação económica
dos últimos 20 anos

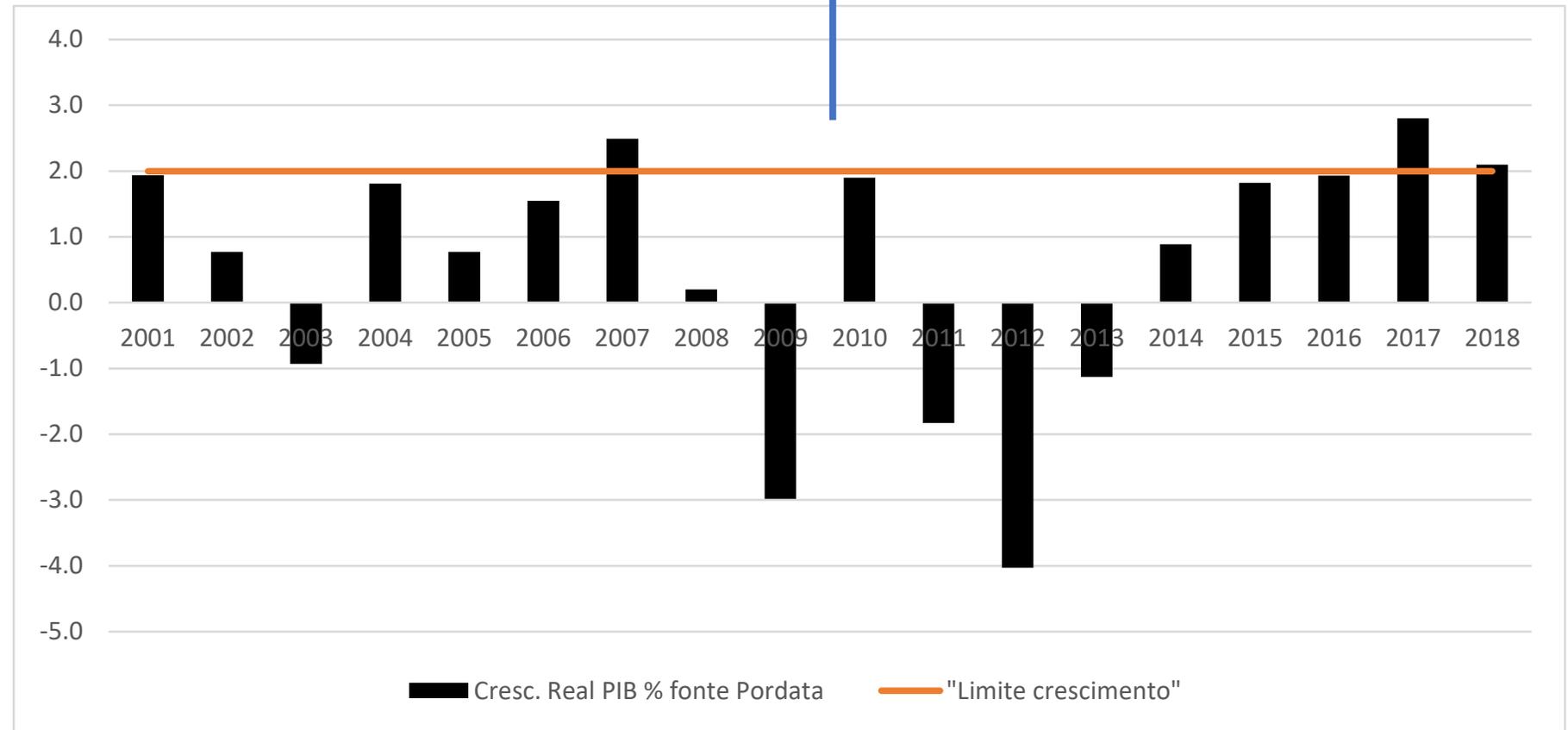


Nos últimos 20
anos a
economia
Portuguesa
estagnou.

Cresceu em
média
0,5%/ano

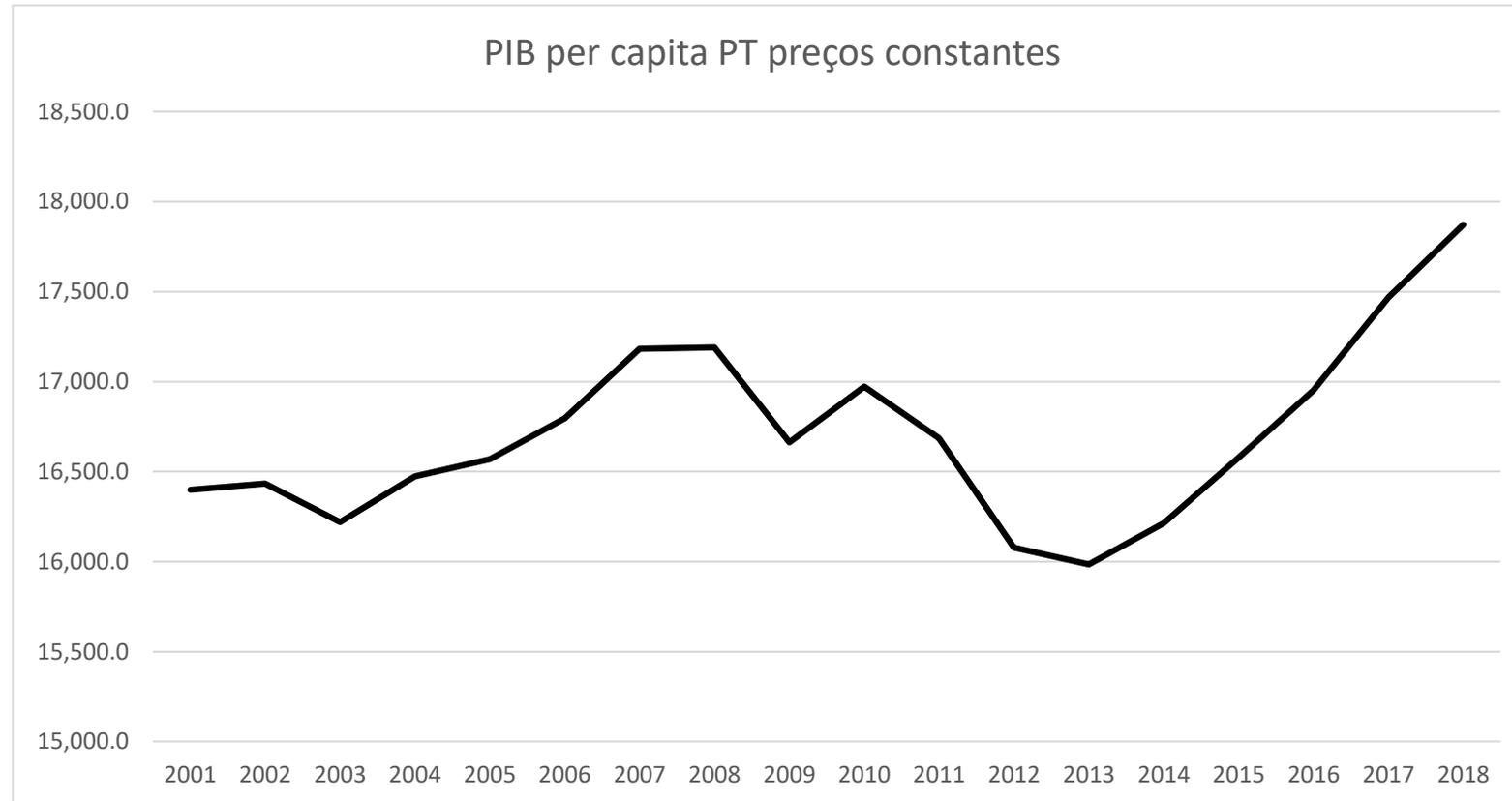
Teve 3
recessões
2003; 2008-
2009; 2011-
2013)

Há uma “barreira” a que a economia Portuguesa
cresça acima de 2% de forma sustentada.





- Uma economia que não cresce, não aumenta a riqueza *per capita*.
- A preços constantes, o PIB *per capita* passou de 16,5 mil € para 18 mil € em 20 anos (aumentou 8%)



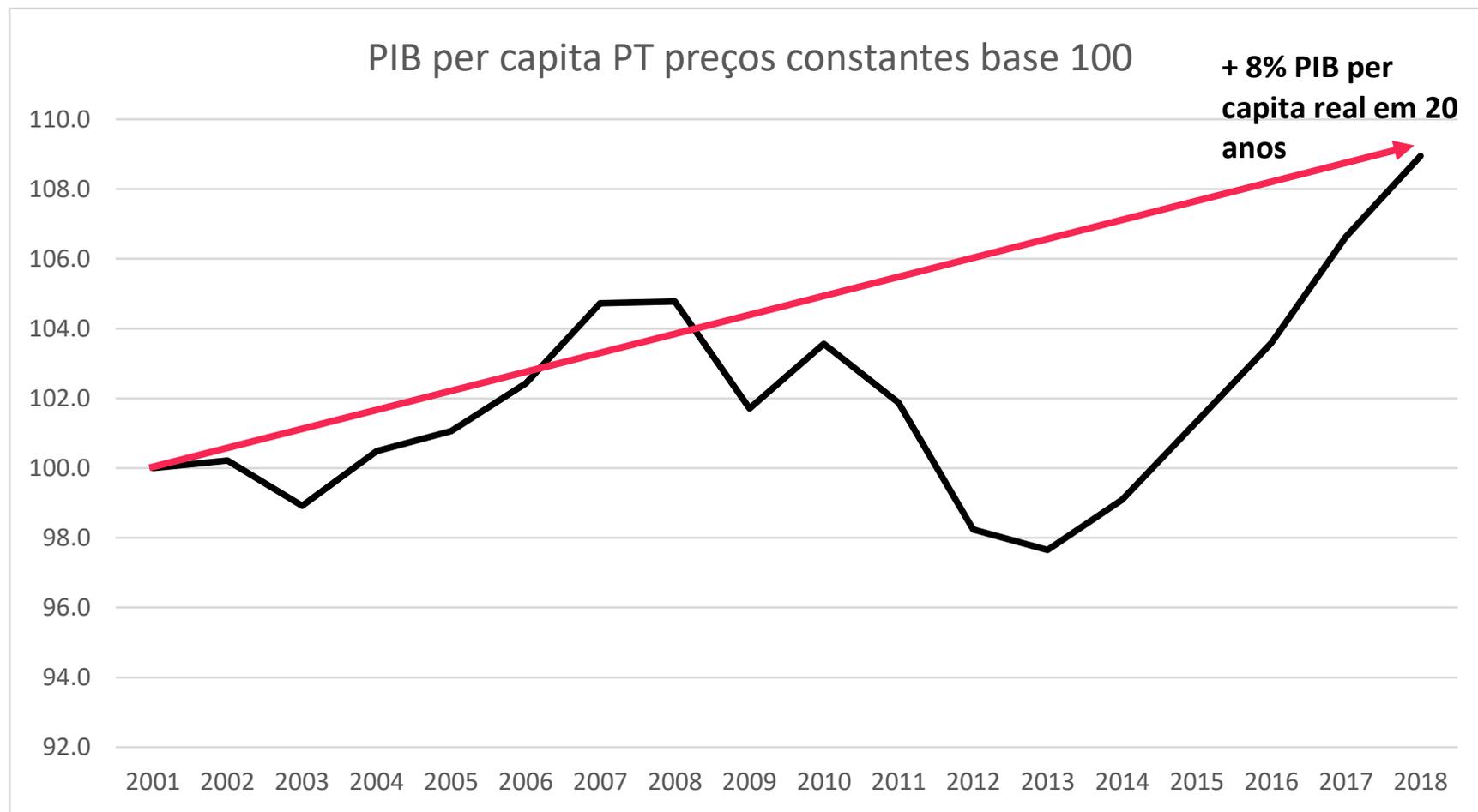
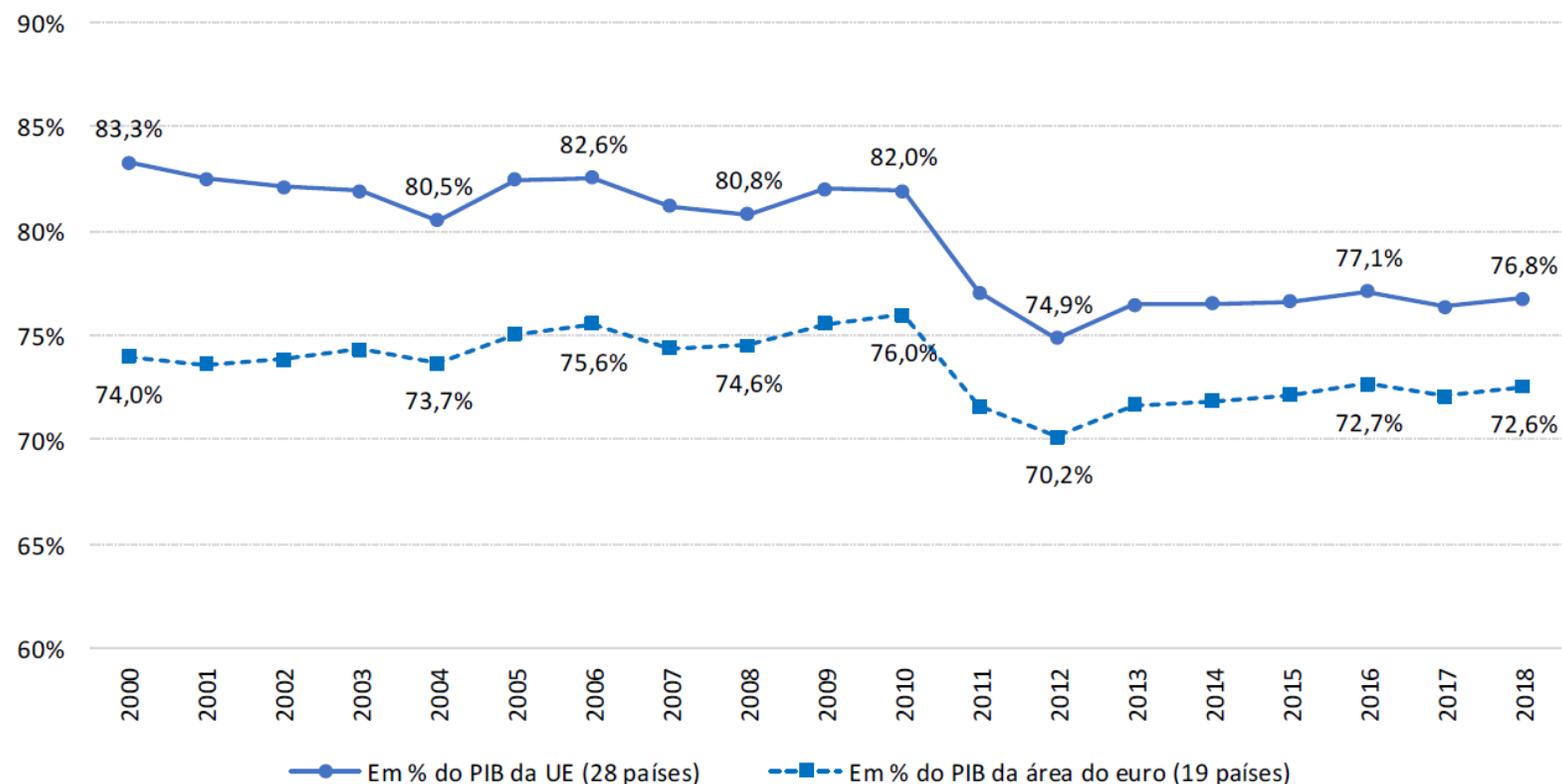




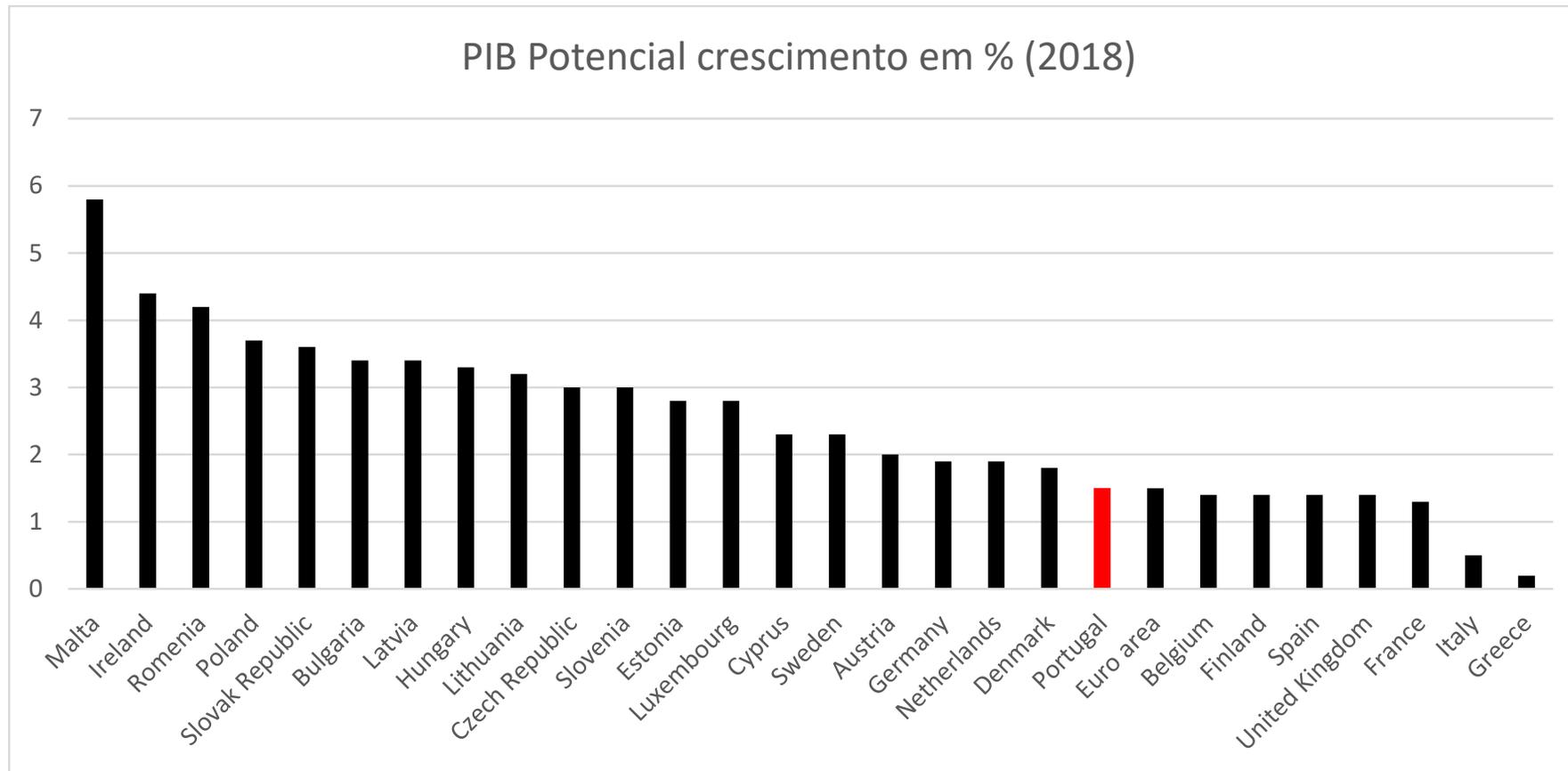
Gráfico 4 – PIB real per capita português em proporção da média da UE e da área do euro, ajustado pelas paridades de poder de compra, 2000–2018
 (em percentagem)



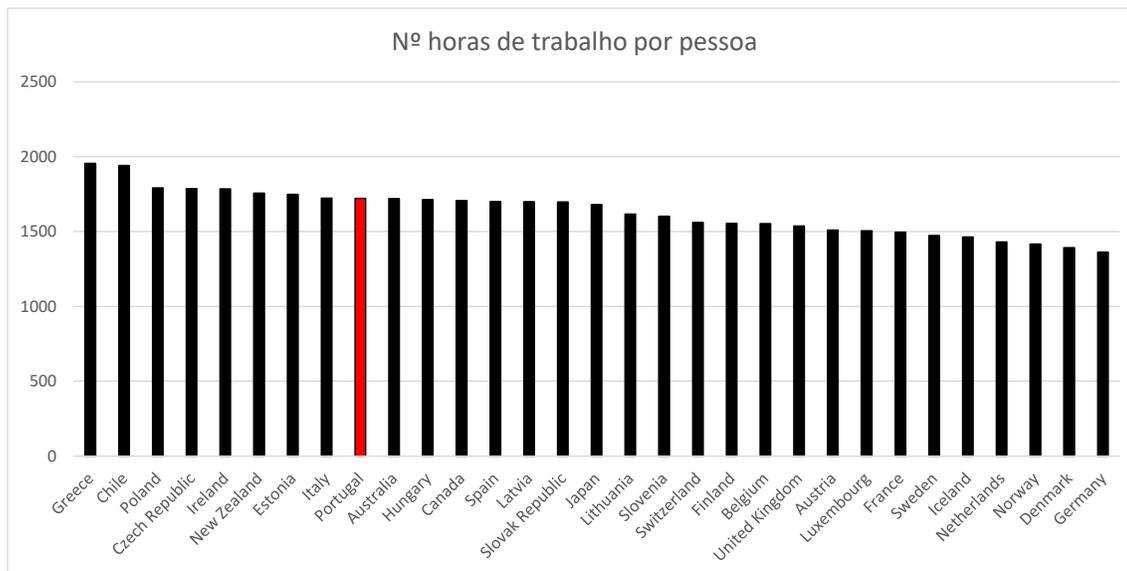
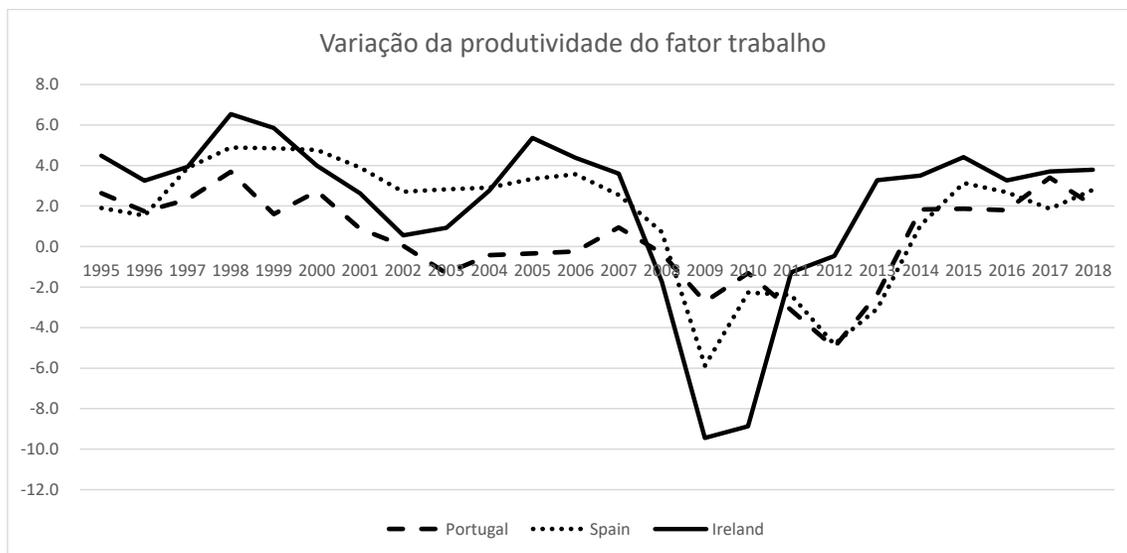
Fontes: Eurostat e cálculos da UTAO. | Notas: O painel de dados internacionais com base no qual este gráfico foi construído está no Anexo A2).



- Baixa produtividade (fator trabalho e fator capital)
- Baixa FBCF



A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

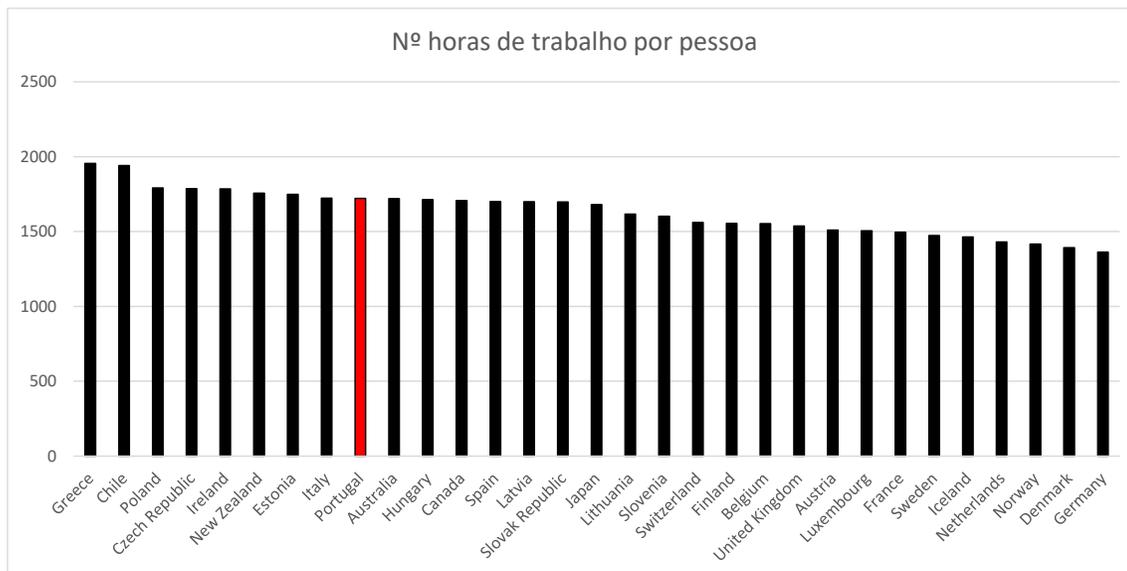
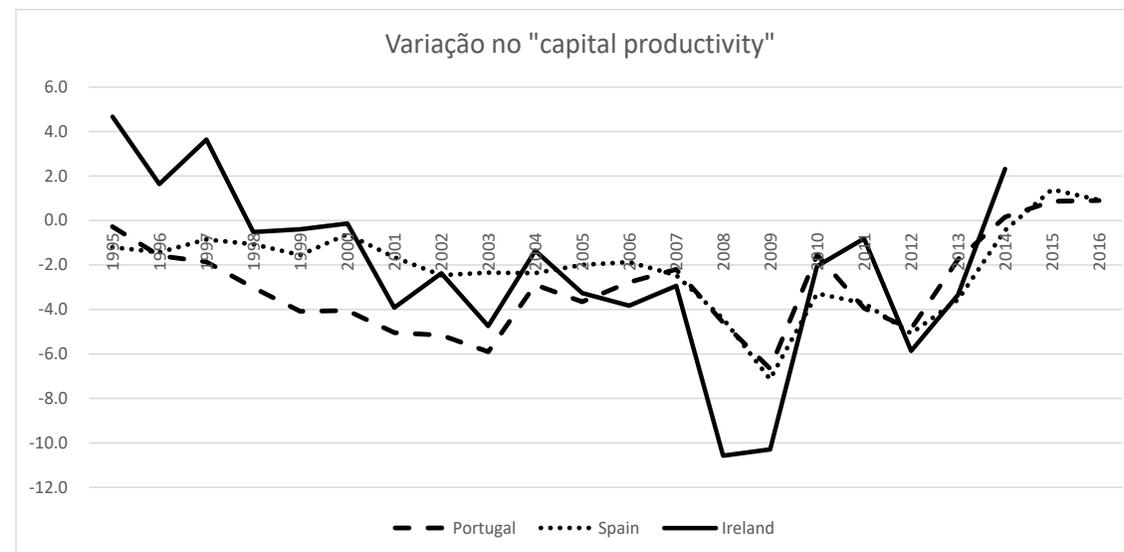
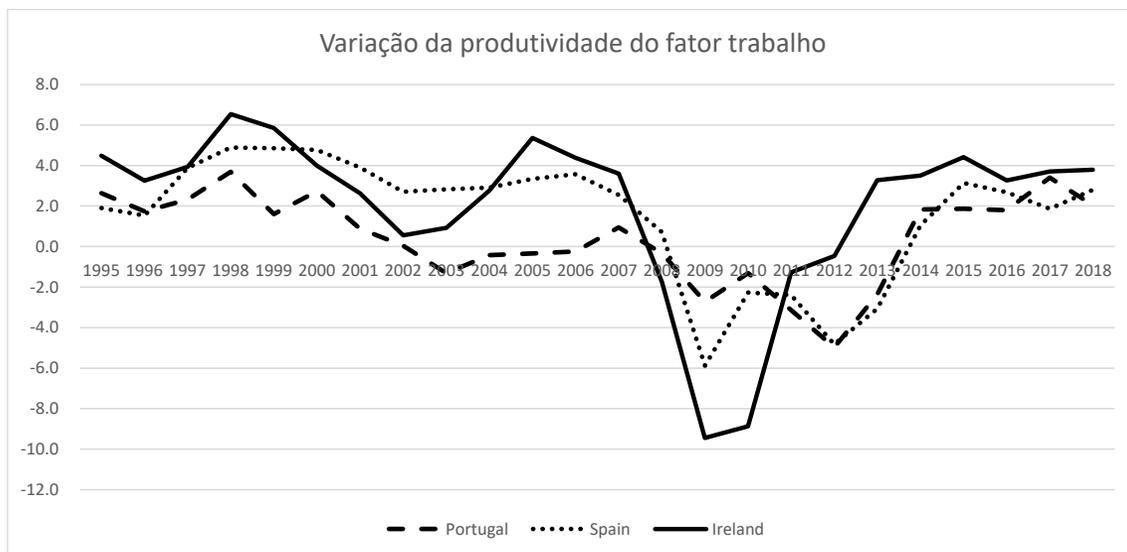


Baixo crescimento da produtividade dos fatores trabalho e capital, sobretudo até 2011.

Apesar de Portugal ser um dos países em que se trabalha mais horas

Fonte: OCDE

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS



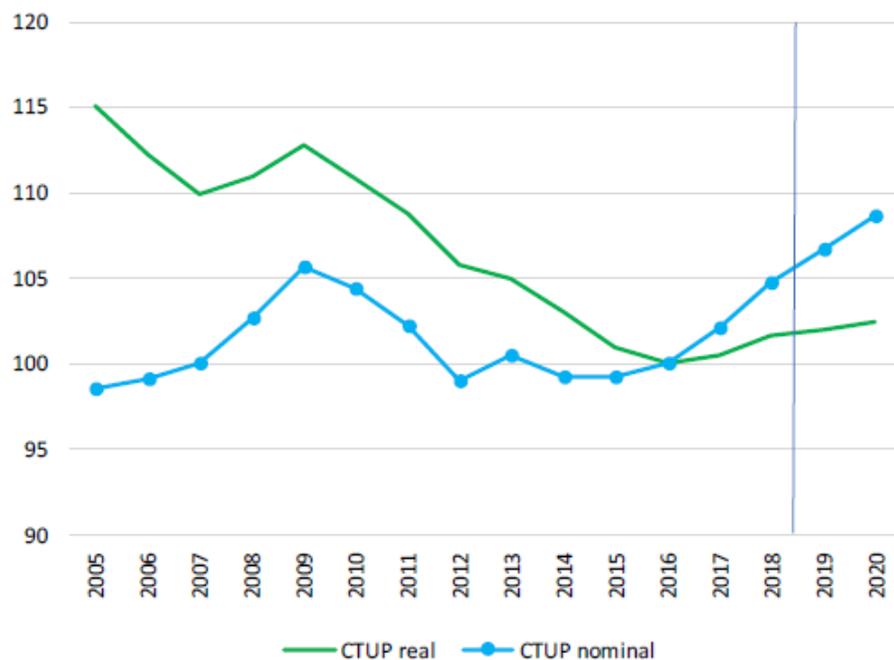
Baixo crescimento da produtividade dos fatores trabalho e capital, sobretudo até 2011.

Apesar de Portugal ser um dos países em que se trabalha mais horas

Fonte: OCDE

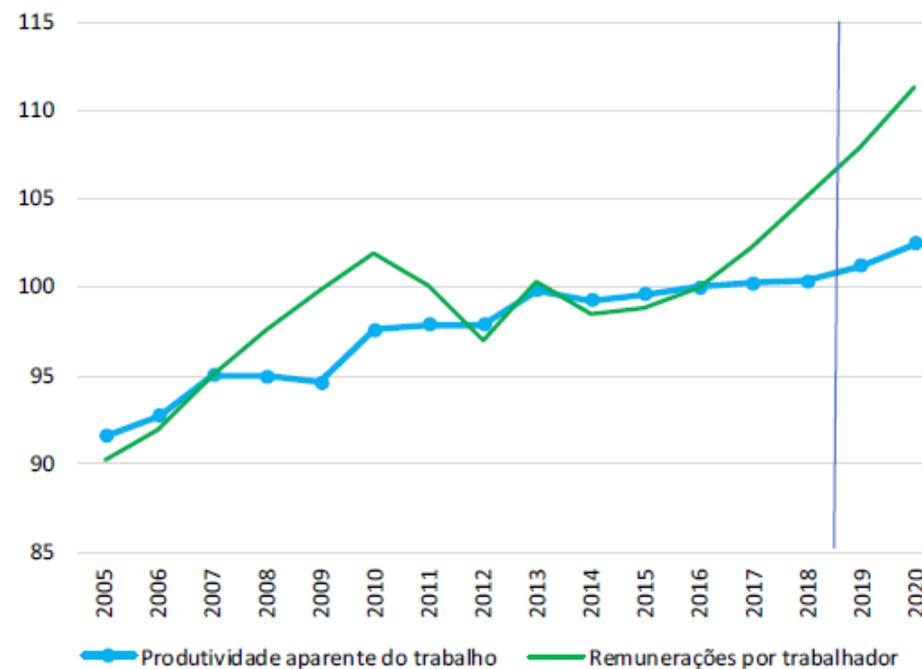


Gráfico 11 – Custos unitários do trabalho nominais e reais
 (índice, 2016=100)



Fontes: INE, Ministério das Finanças (previsões para 2019 e 2020) e cálculos da UTAO.

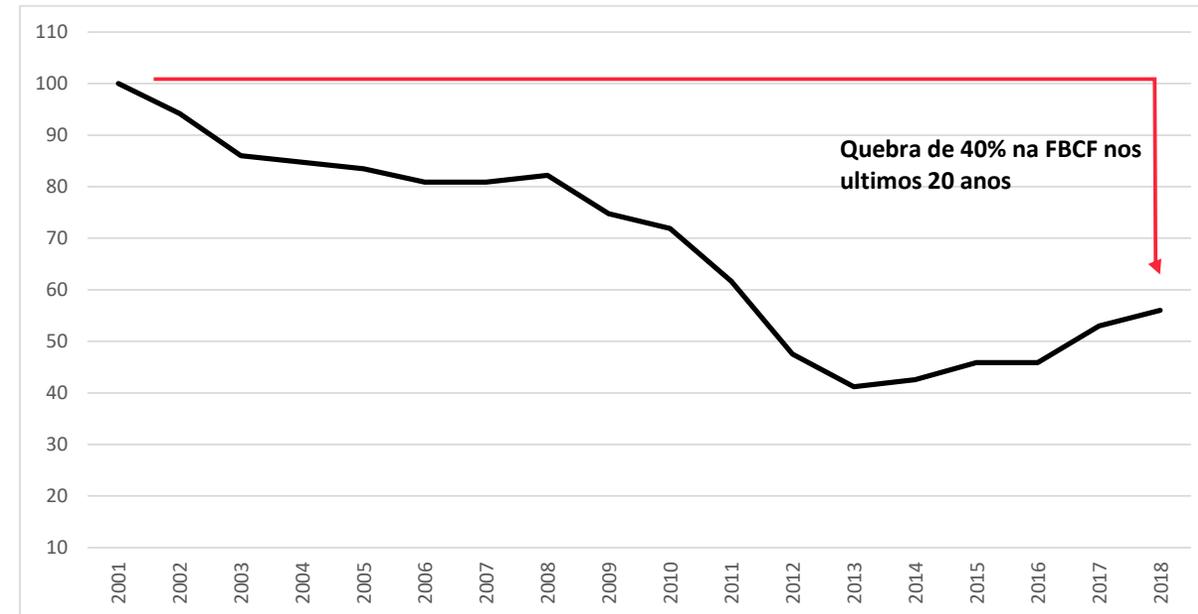
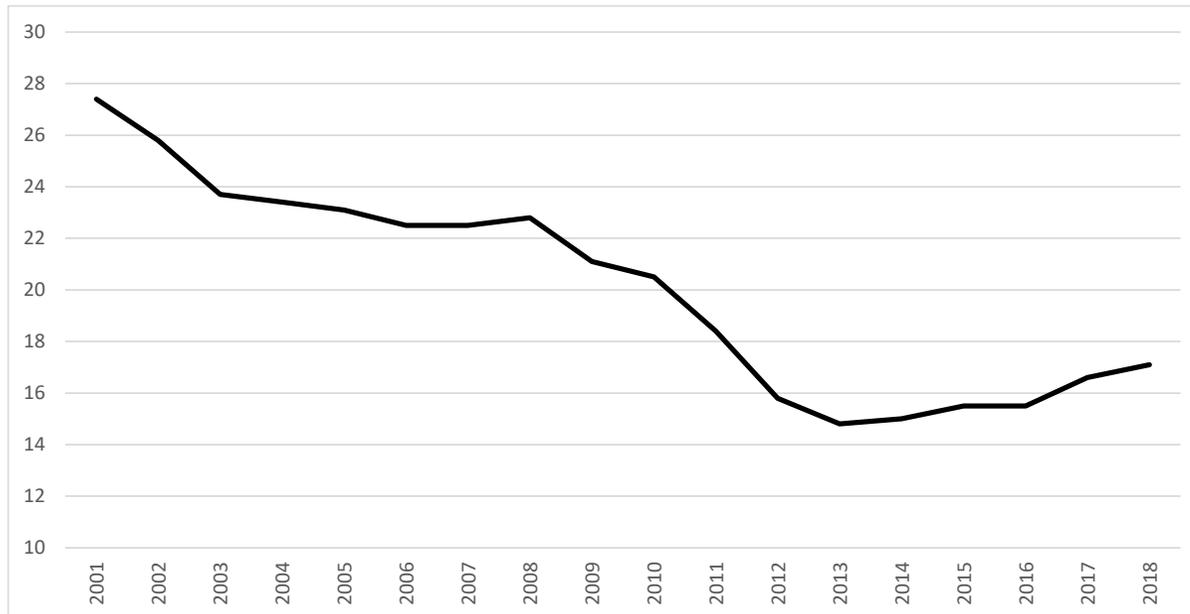
Gráfico 12 – Produtividade aparente do trabalho e remunerações por trabalhador
 (índice, 2016=100)



Fontes: INE, Ministério das Finanças (previsões para 2019 e 2020) e cálculos da UTAO.

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

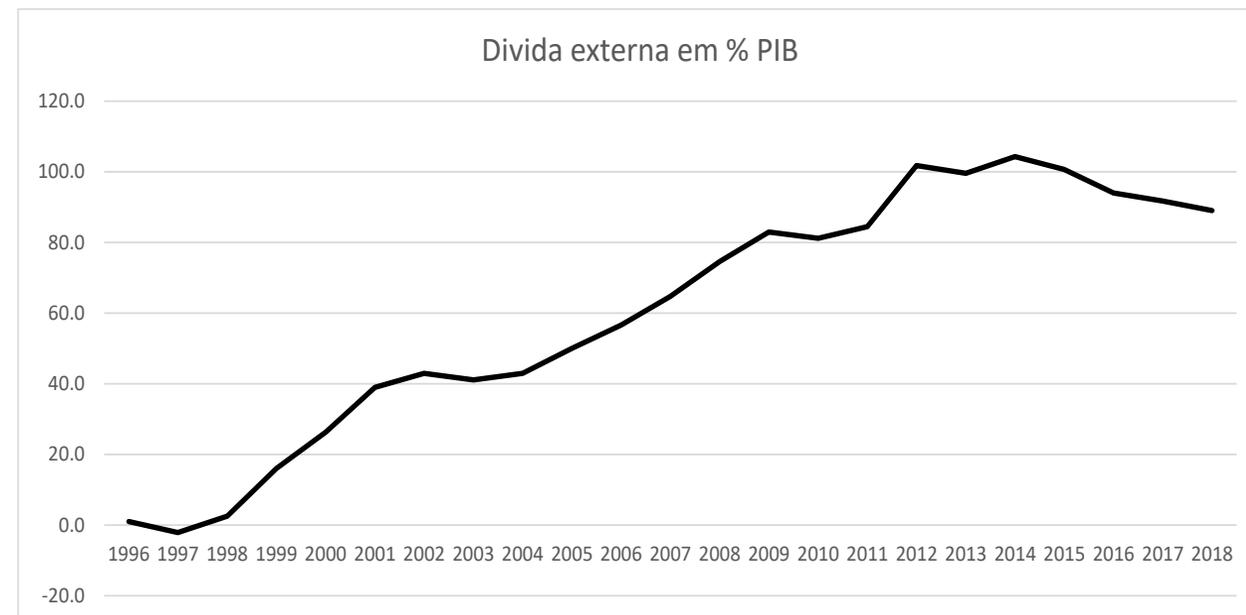
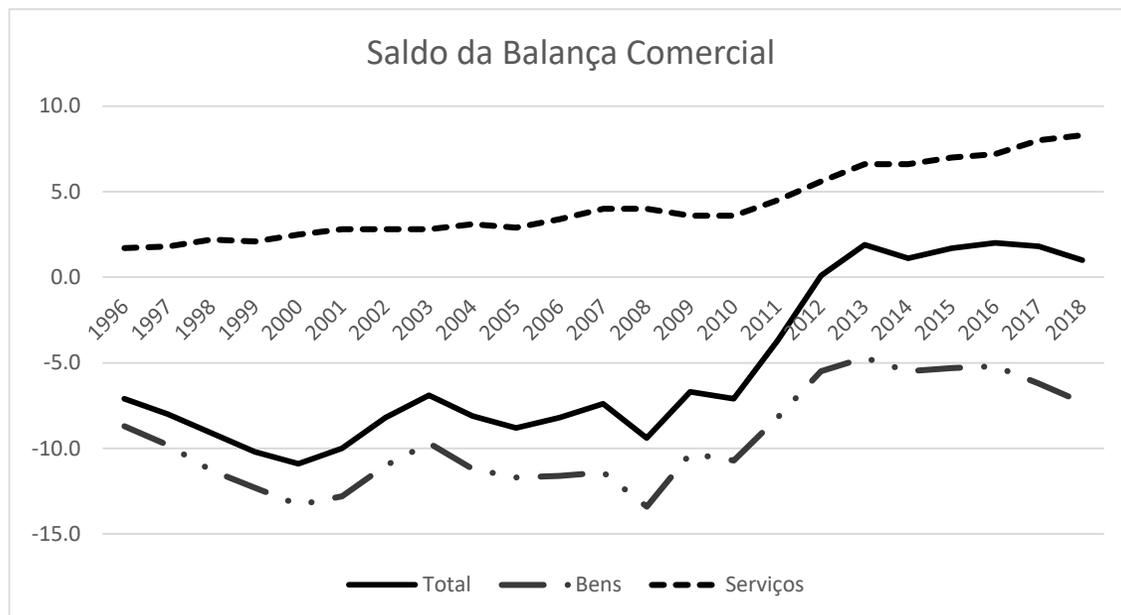
A FBCF caiu de 28% do PIB (em 2001) para 15% PIB (em 2018)
Ou seja, uma quebra de 40% nos últimos 20 anos



Fonte: Pordata (no 2º gráfico os cálculos são do autor)

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Portugal teve um forte desequilíbrio externo até 2011 gerou uma dívida externa superior a 100% do PIB. Défice externo foi corrigido muito rapidamente, mas está a deteriorar-se novamente.

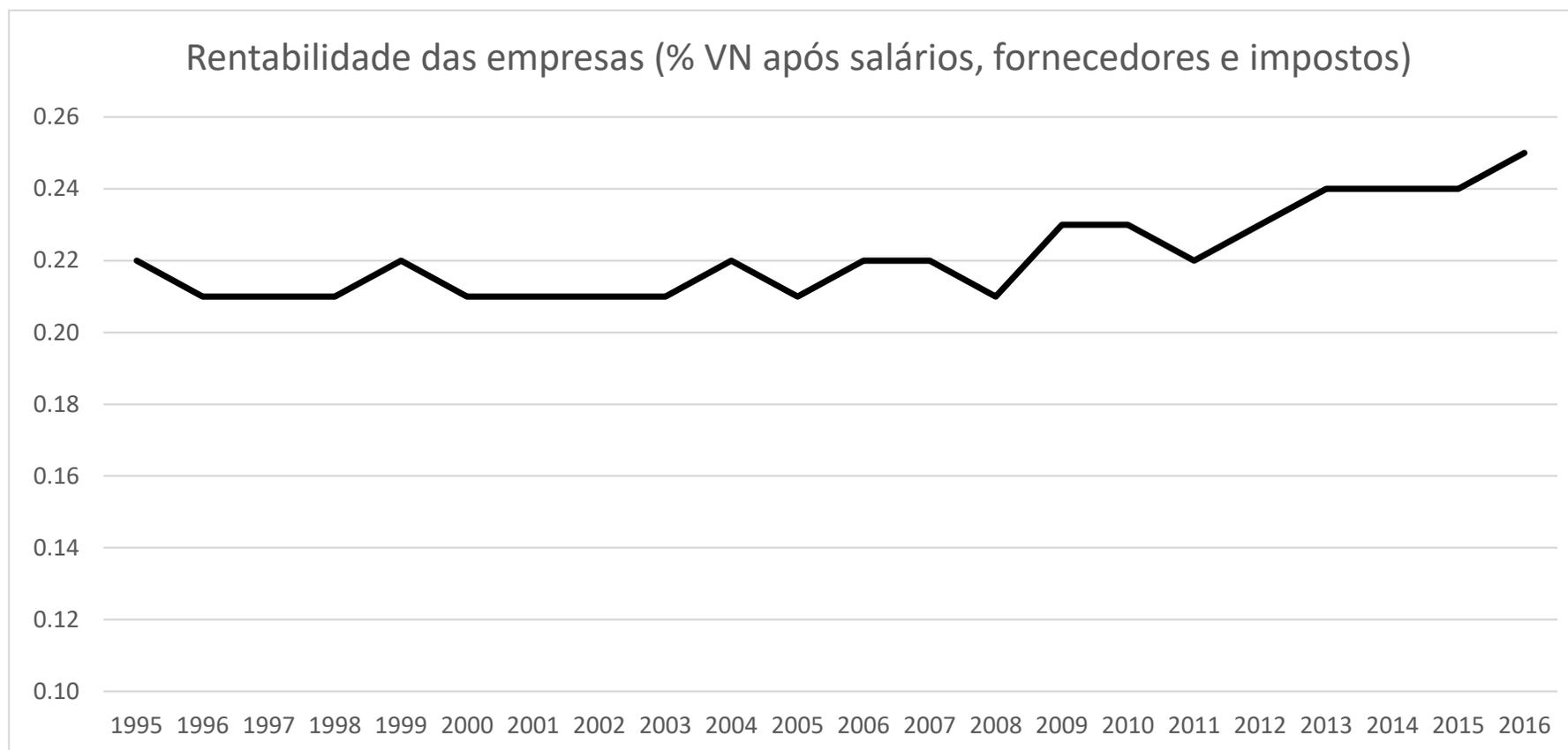


A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Baixa produtividade e rentabilidade das empresas Portuguesas

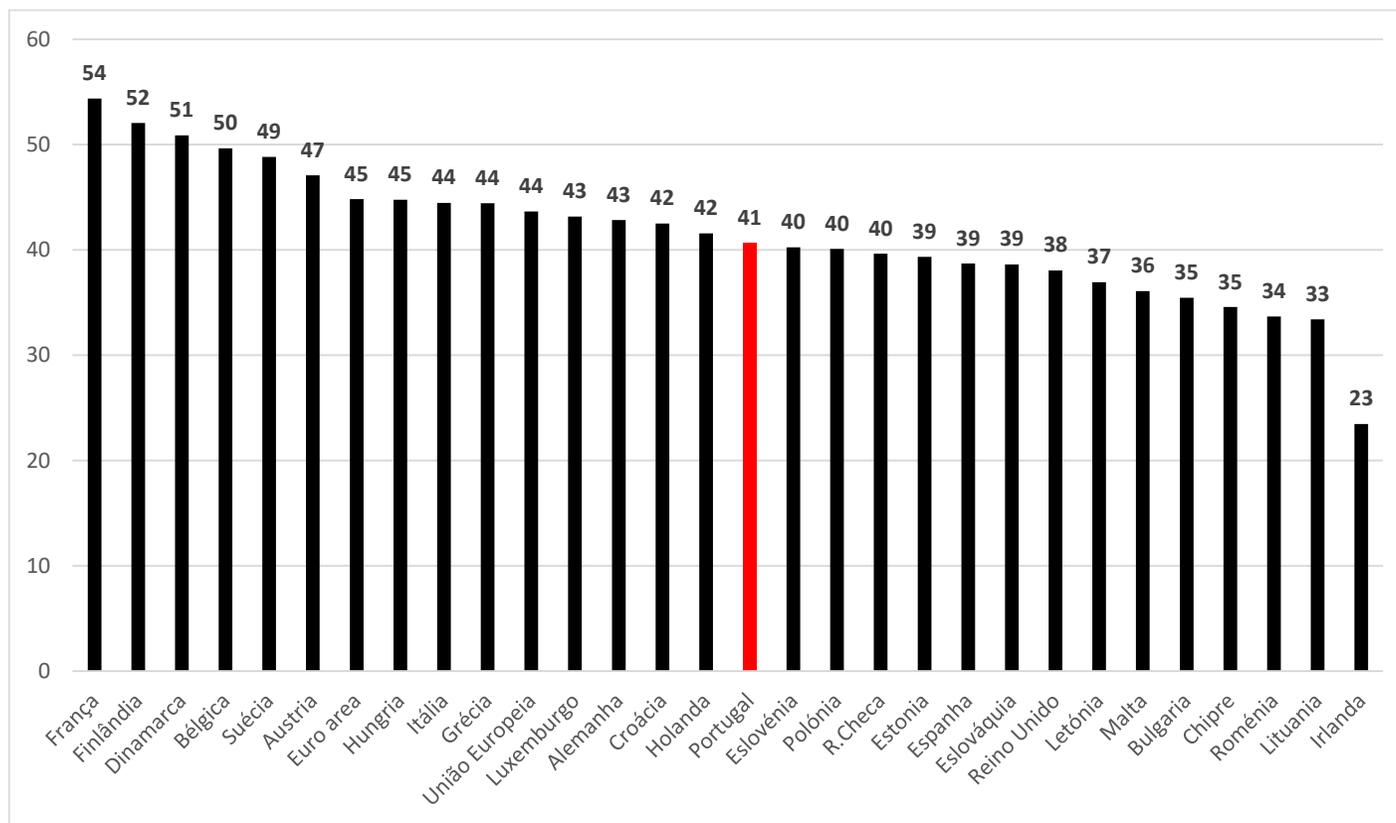
Escala muito reduzida: 96,2% das empresas são microempresas (<10 trab) e 3,2% são pequenas empresas (<50 trab).

Apenas 0,5% são médias empresas (<250 trab) e apenas 0,1% são grandes empresas (>250 trab)



A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Despesa Primária em % PIB 2018



Uma despesa primária (despesa pública sem juros) próxima da média Europeia significa que:

Gastamos mal (*outputs* e *outcomes* muito abaixo da média Europeia na maioria das áreas)

Gastamos muito (DP acima da maioria dos nossos concorrentes – Países da Coesão e do Leste Europeu)

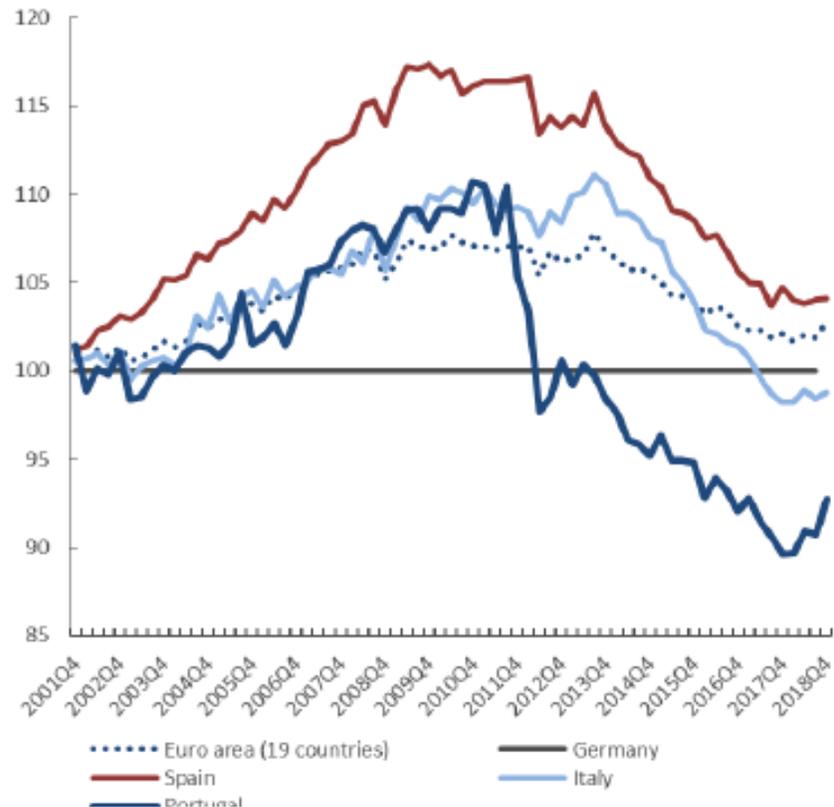
Fonte: Ameco

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

A partir de 2011 a economia Portuguesa começou a recuperar competitividade, quer ao nível dos CUT, quer ao nível das quotas de mercado nas exportações.

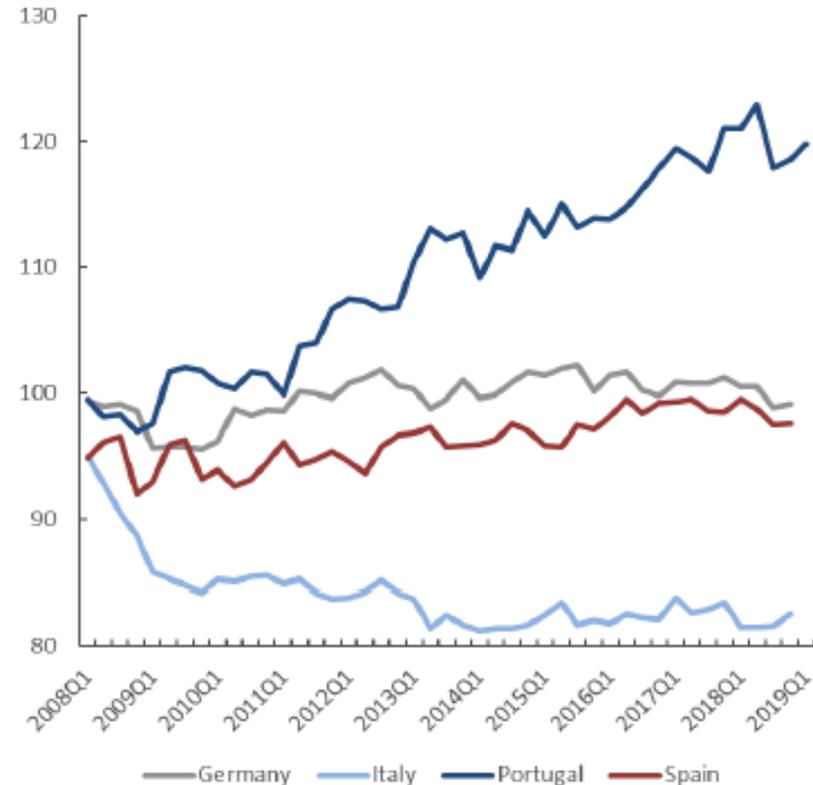
Significant competitiveness gains since 2011

[Labour cost index vs. Germany, 2001Q1=100]

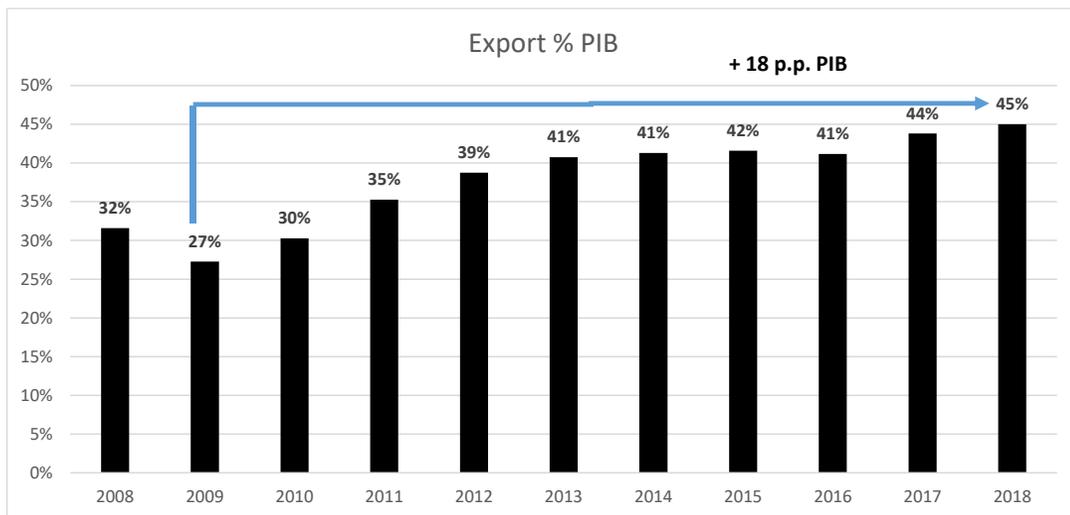


Significant gains in exports' market share

[Index 1Q2007=100]



A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

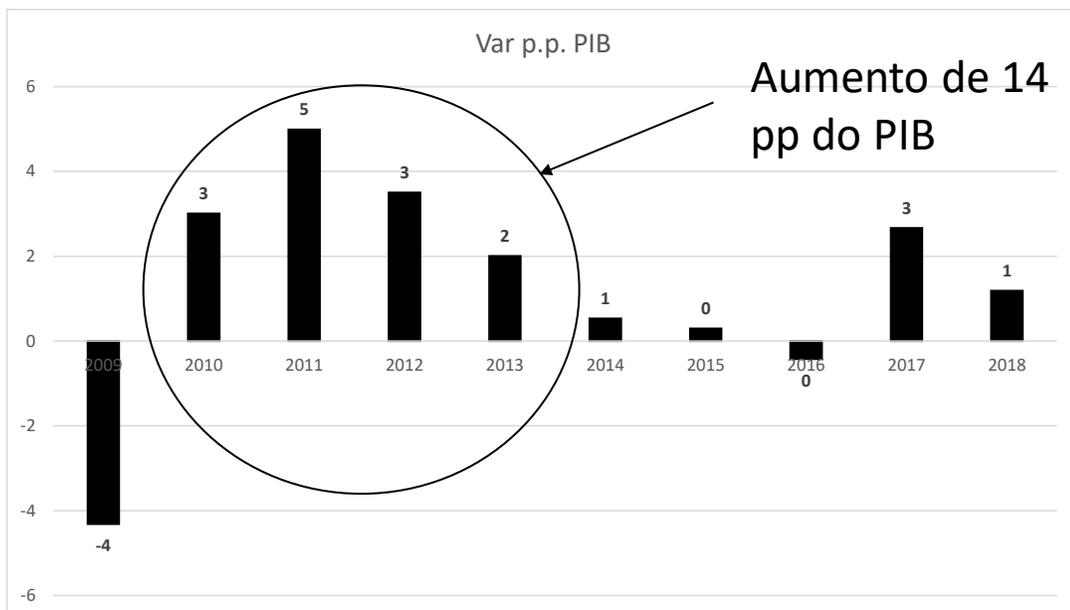


Esse aumento de competitividade refletiu-se no peso das exportações no PIB.

Passou de 28% em 2010 para 40% em 2015.

Contudo, desde 2015 que há um abrandamento no peso das exportações no PIB.

Entre 2016 e 2019 as exportações passaram de 40% do PIB para 44%

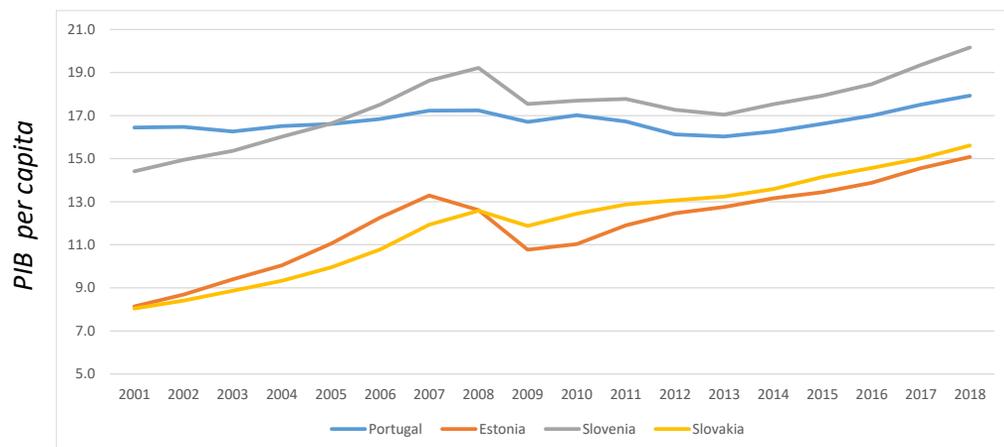
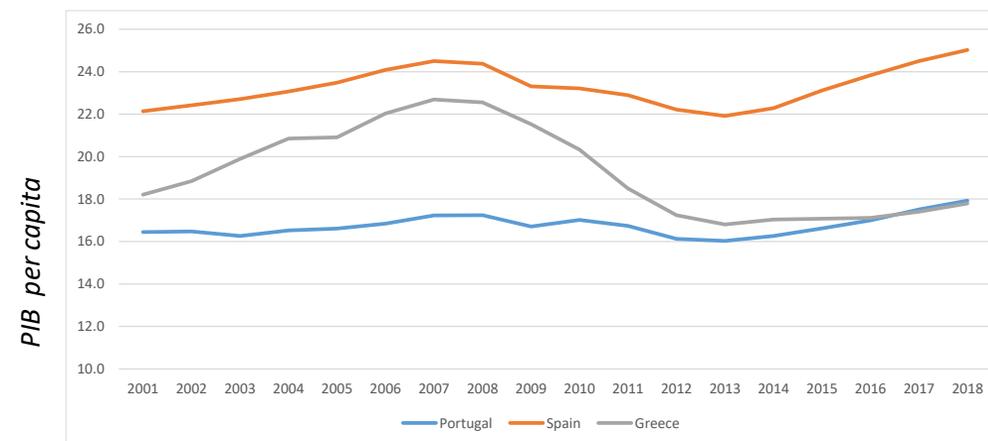
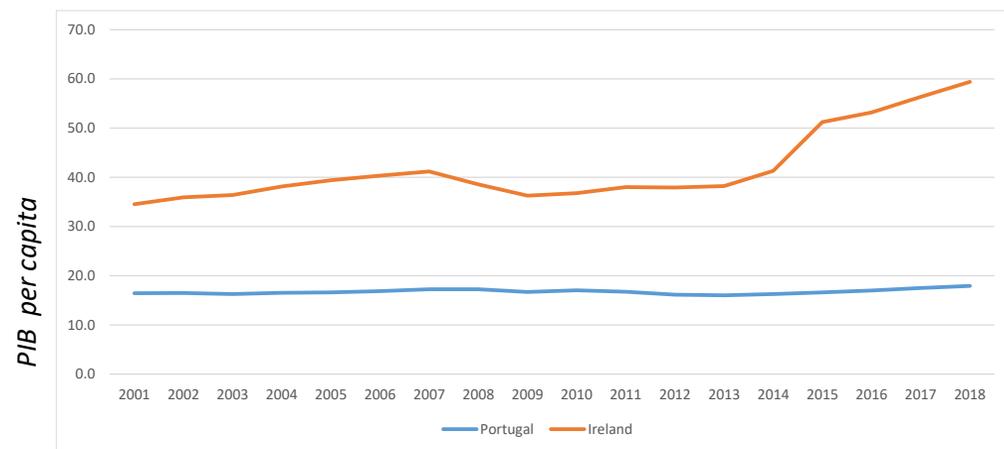




- Baixa produtividade
- Elevados défices externos → elevada dívida pública, > 100% PIB em 2011 e em torno dos 80% em 2019
- Quebra significativa da FBCF, de 30% PIB em 2000 para cerca de metade em 2019
- Muito reduzida dimensão das empresas PT (apenas 0.1% são grandes empresas – mais de 250 FTE)
- Baixa capitalização e baixo nível de internacionalização
- Elevada despesa primária (próxima da média UE, mas acima dos concorrentes sul e leste Europa)
- Entre 2010 e 2015 – crescimento significativo das exportações (abrandou nos últimos anos)
- (mais detalhe nos slides em anexo)

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

A consequência desta estagnação é um atraso do país face aos países da Coesão, mas também face aos países do Leste Europeu (sobretudo em PPC)

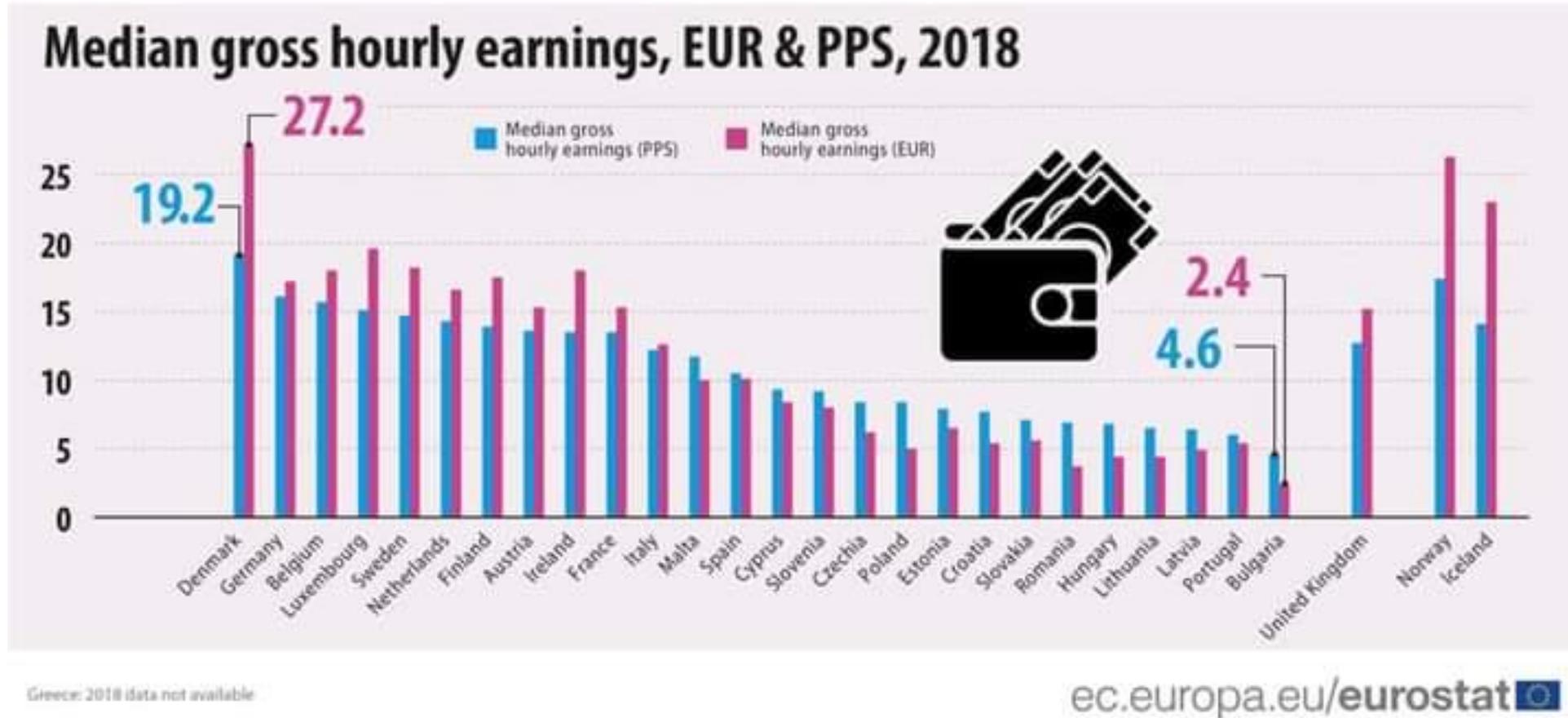


2016		2017		2018	
12	Chipre	12	Eslovénia	12	Eslovénia
13	Eslovénia	13	Chipre	13	Chipre
14	Portugal	14	Eslováquia	14	Eslováquia
15	Eslováquia	15	Portugal	15	Estónia
16	Lituânia	16	Estónia	16	Portugal
17	Estónia	17	Lituânia	17	Lituânia
18	Grécia	18	Grécia	18	Grécia
19	Letónia	19	Letónia	19	Letónia

Fonte: Ameco

A ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

A consequência desta estagnação é um atraso do país face aos países da Coesão, mas também face aos países do Leste Europeu (sobretudo em PPC)





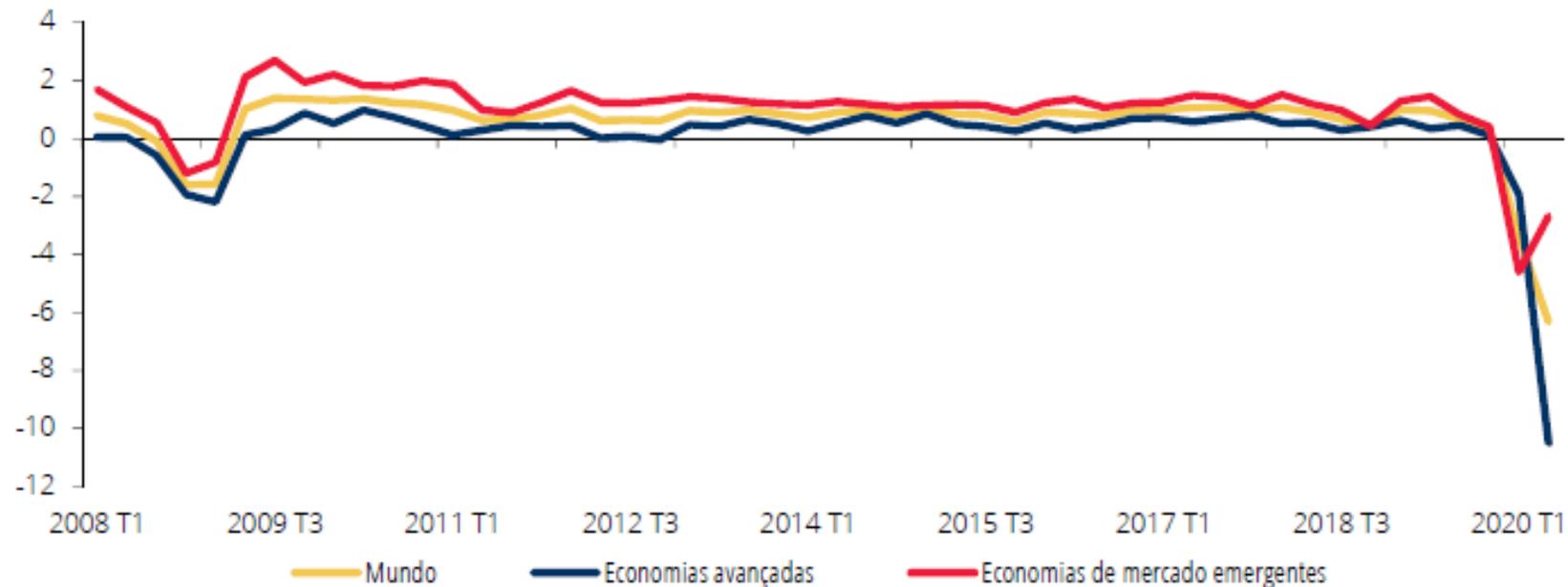
Parte II

A recessão 20-21 (Covid-19)



Esta crise não tem paralelo nas ultimas décadas, nem com a crise de 2008 (tem inclusive uma natureza muito diferente)

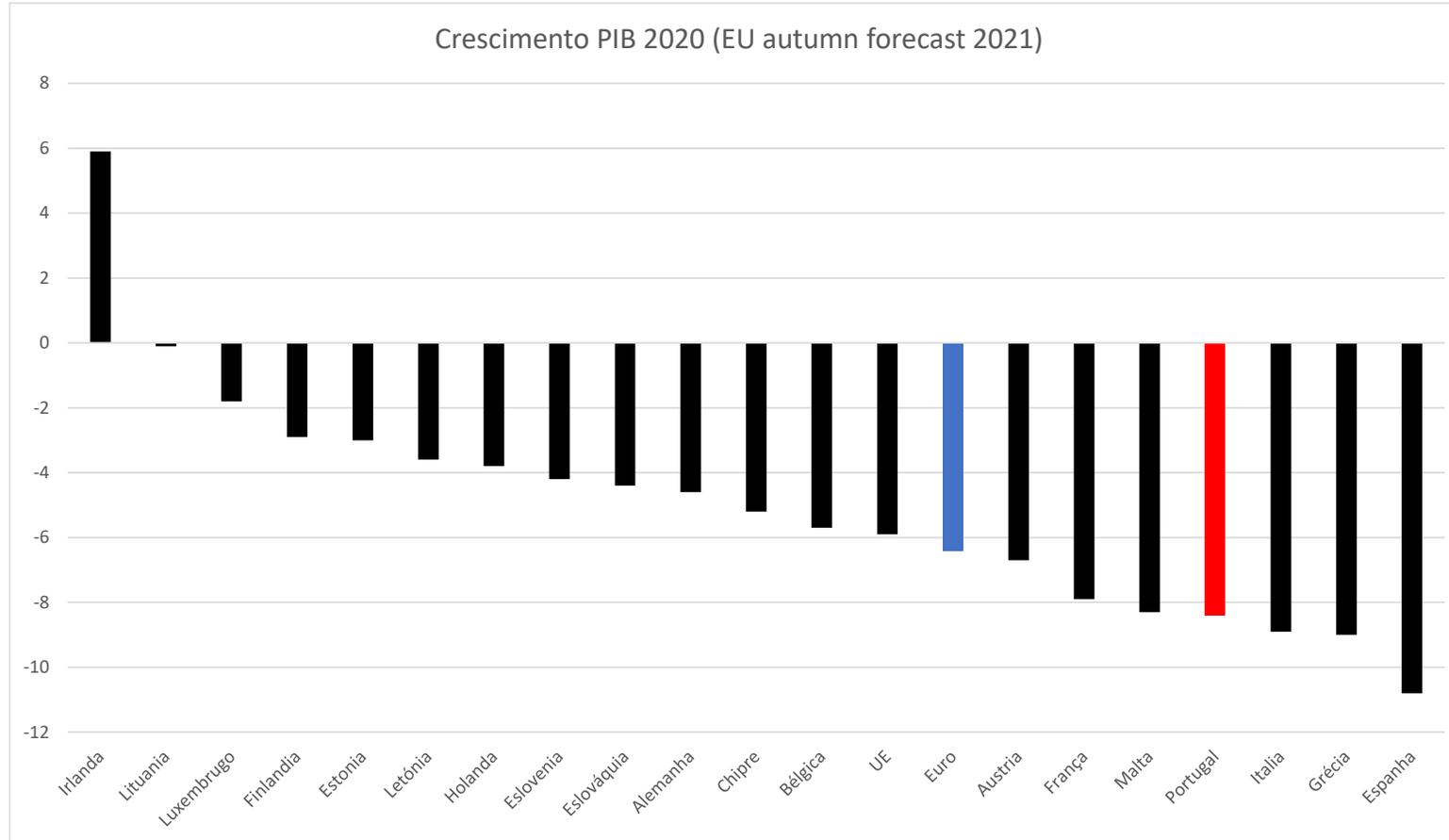
Gráfico I.2.1 • PIB mundial | Taxa de variação em cadeia em percentagem



Fonte: Refinitiv (cálculos do Banco de Portugal).



Esta crise não está a afetar todos os países da mesma forma



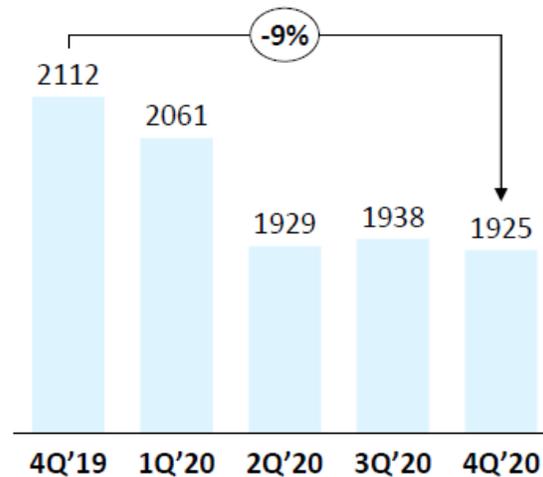
**A recuperação económica
será lenta e dispare entre
os diferentes países**



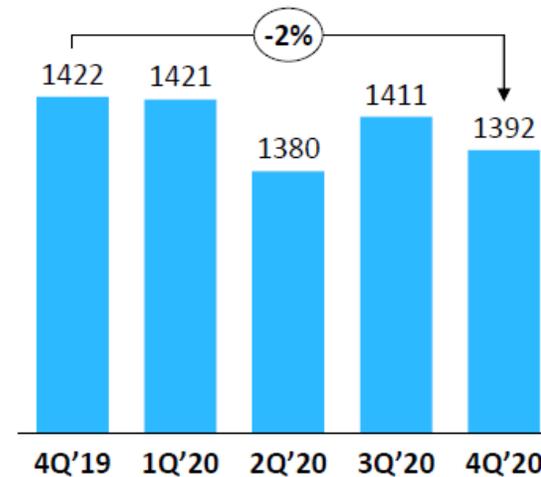
A destruição de emprego afeta sobretudo os menos qualificados, agravando as desigualdades

Employment per educational levels,
Thousand people

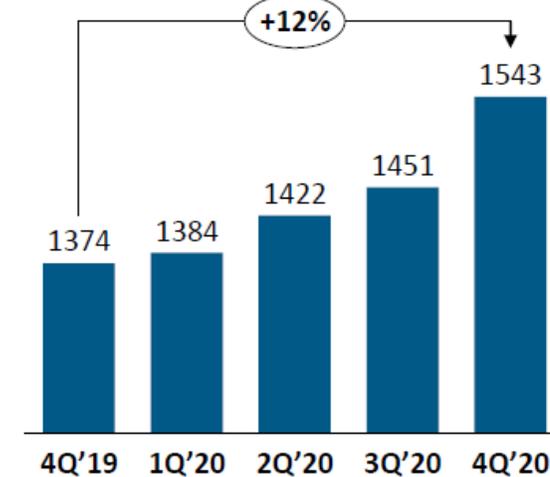
Below secondary
education

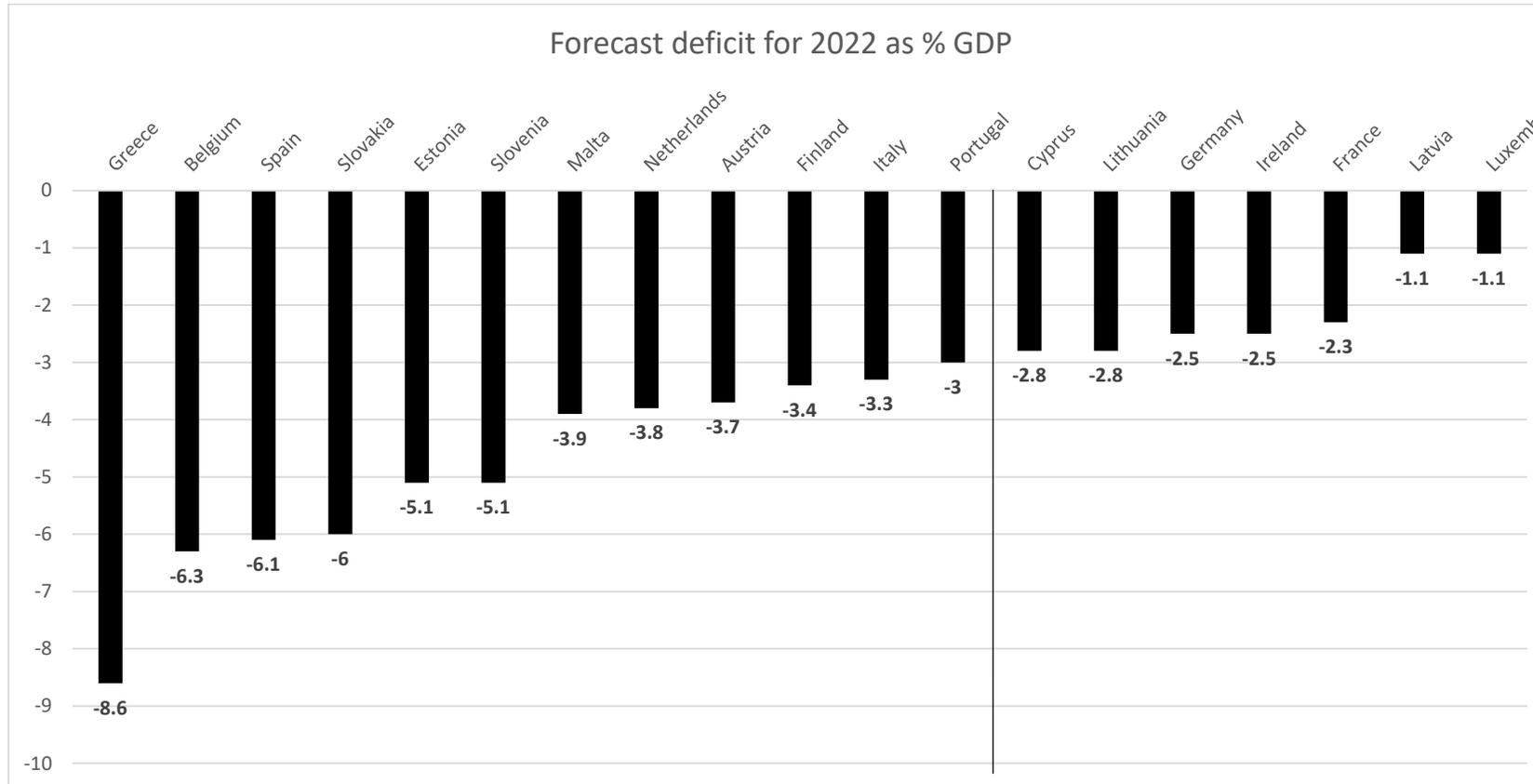


Secondary or post-secondary
education



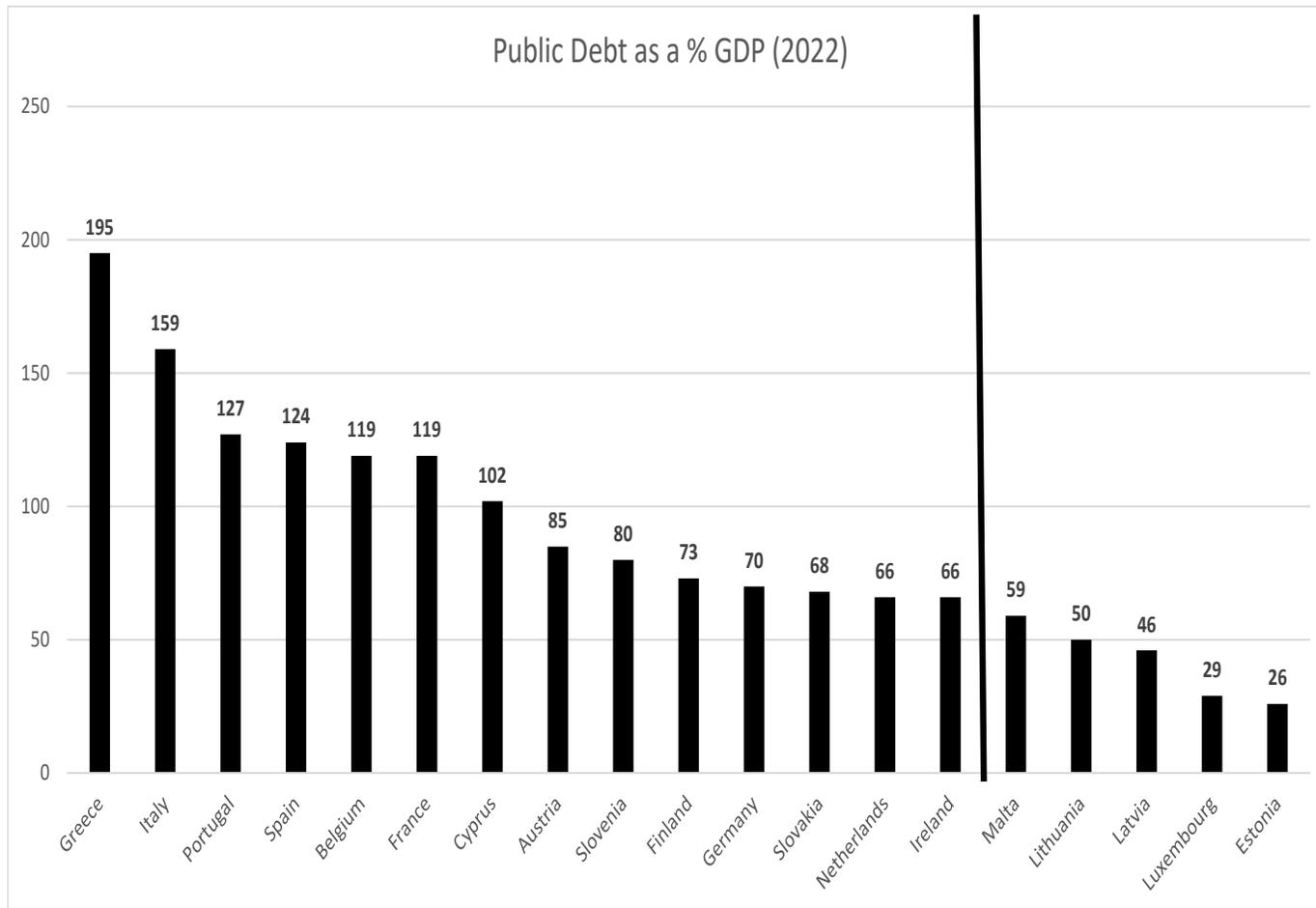
Higher education
(college degree)





Em vários países as restrições orçamentais serão novamente um problema

Os desequilíbrios estruturais agravaram-se



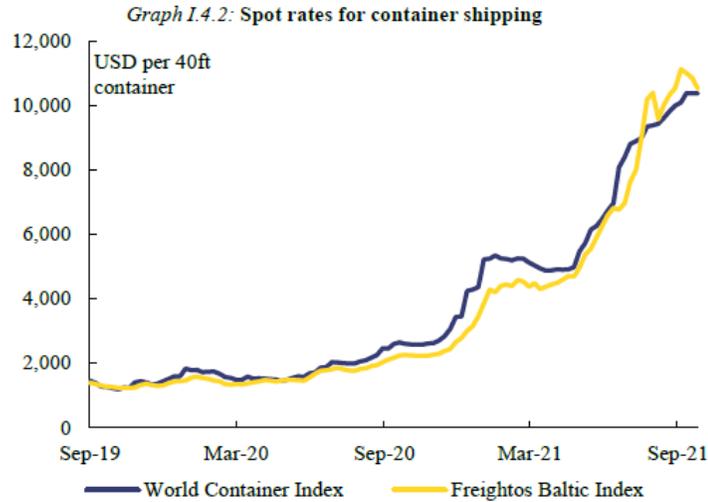
Países com dívida pública acima dos 100% do PIB terão mais dificuldades e restrições e terão de acelerar a sua consolidação orçamental

Aqueles que defenderam que a dívida pública não era uma “restrição ativa” e que podíamos ter tido mais défice agora lamentam não termos uma dívida pública mais baixa, que permitisse responder com maior magnitude à crise

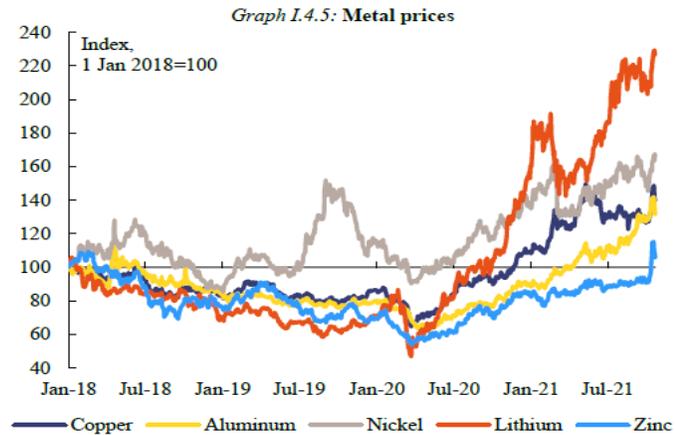


Riscos/Desafios:

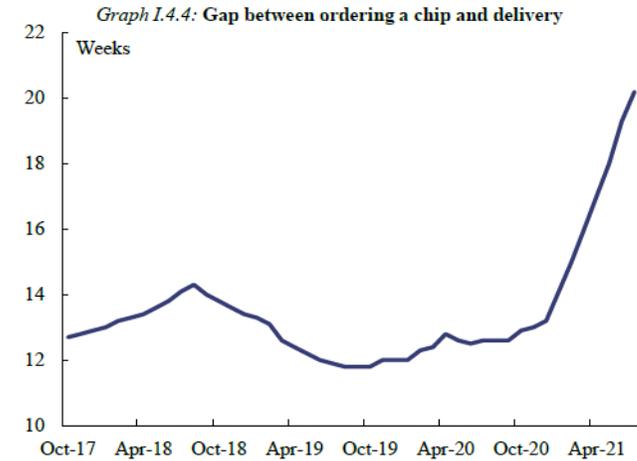
- Inflação e Política Monetária do BCE – subida das taxas de juro
- Disrupção nas cadeias de abastecimento e de matérias primas
- Preço das matérias primas e da energia
- Bolha de ativos (ações, imobiliário, etc.)
- Falta mão de obra em vários setores



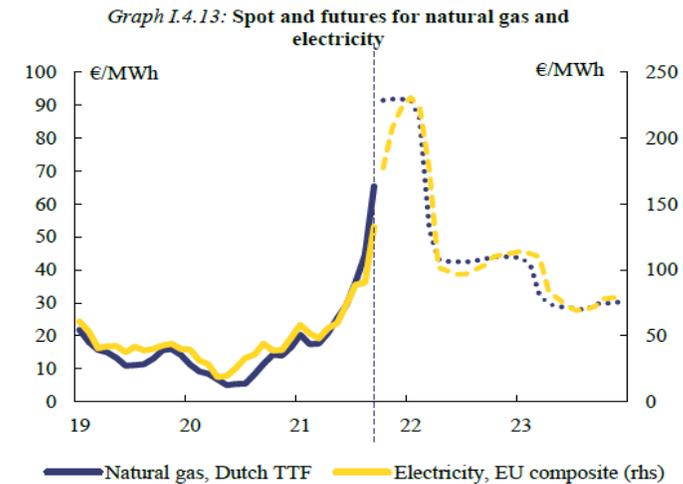
Sources: Bloomberg, Freightos.



Sources: LME, Nyse Arca and China Iron and Steel Association.



Sources: Bloomberg, Susquehanna Financial Group



Source: Macrobond



Parte III

Os estrangulamentos da competitividade da economia Portuguesa



• Os principais entraves ao **investimento**, à **competitividade** e ao **crescimento** em Portugal são:

- Custos de contexto e burocracia
- Lentidão da justiça
- Falta de mão de obra qualificada em alguns setores
- Baixa produtividade do fator capital (baixa FBCF e má gestão)
- Baixa produtividade do fator trabalho (qualificações e má gestão)
- Rigidez do mercado laboral (dicotomia contratos vs. precários)
- Baixa dimensão, capitalização e internacionalização das empresas PT
- Sistema fiscal



No *The Global Competitiveness Report 2018 do World Economic Forum*

Posição 34 no ranking geral

“Boas classificações”

- ✓ Incidência de Terrorismo: 1º (melhor do mundo)
- ✓ Crime: 12º melhor
- ✓ Infraestruturas: 19º melhor
- ✓ Estradas: 5º melhor
- ✓ *Skillsets* dos licenciados: 29º melhor
- ✓ Direitos dos trabalhadores: 19º melhor
- ✓ Contratação de trabalhadores estrangeiros: 7º melhor

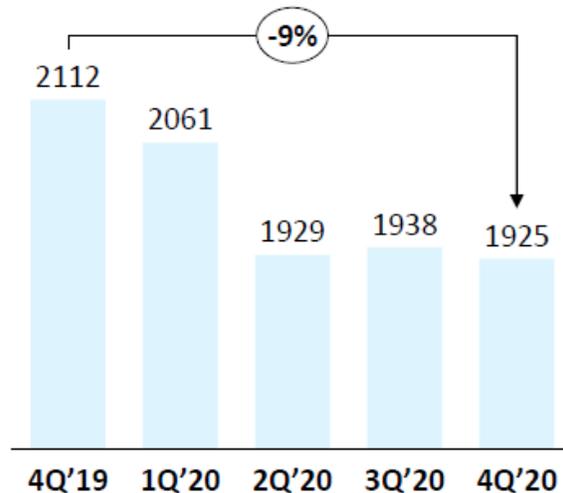
- ⊗ Ferrovia: 29º melhor
- ⊗ Dinâmica da dívida pública: 60º melhor
- ⊗ Média de anos escolares: 75º melhor
- ⊗ Efeito distorcedor dos impostos/taxas: 70º melhor
- ⊗ Complexidade sistema fiscal: 112º melhor
- ⊗ Rigidez do mercado laboral: 121º melhor
- ⊗ Mobilidade do mercado laboral: 112º melhor
- ⊗ Financiamento de PME's: 74º melhor
- ⊗ Banca e NPL: 112º melhor
- ⊗ Dimensão do mercado interno: 52º melhor
- ⊗ Custo de iniciar um negócio: 43º melhor
- ⊗ Atitude empreendedorismo: 80º melhor
- ⊗ Capacidade inovação: 32º melhor



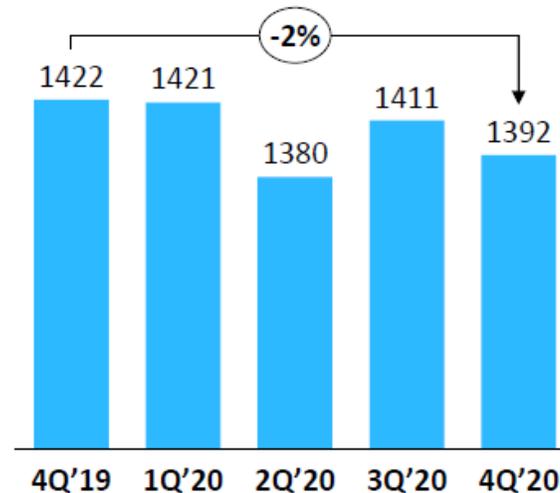
A destruição de emprego provocada pela crise da Covid-19 afeta sobretudo os menos qualificados, agravando as desigualdades

Employment per educational levels, Thousand people

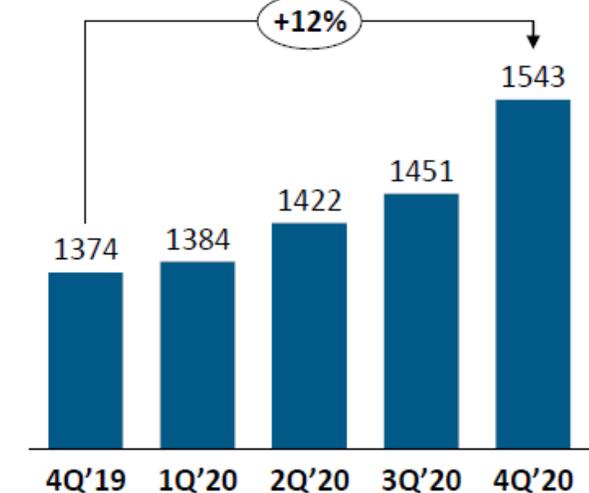
Below secondary education



Secondary or post-secondary education



Higher education (college degree)





Refira-se que a execução dos fundos Europeus do programa de recuperação dependem da execução de reformas estruturais, que procurem mitigar os problemas identificados para Portugal no Semestre Europeu de 2019 e 2020, nomeadamente:

- Finanças Públicas equilibradas e sustentáveis no médio-longo prazo, com uma redução da dívida pública e uma maior qualidade da despesa pública.
- Reduzir a segmentação do mercado de trabalho, bem como melhorar o nível de competências da população, o nível de literacia digital, aumentar o número de licenciados, nomeadamente em ciência e TI.
- Reduzir as desigualdades e melhorar a eficácia e cobertura da rede de proteção social.

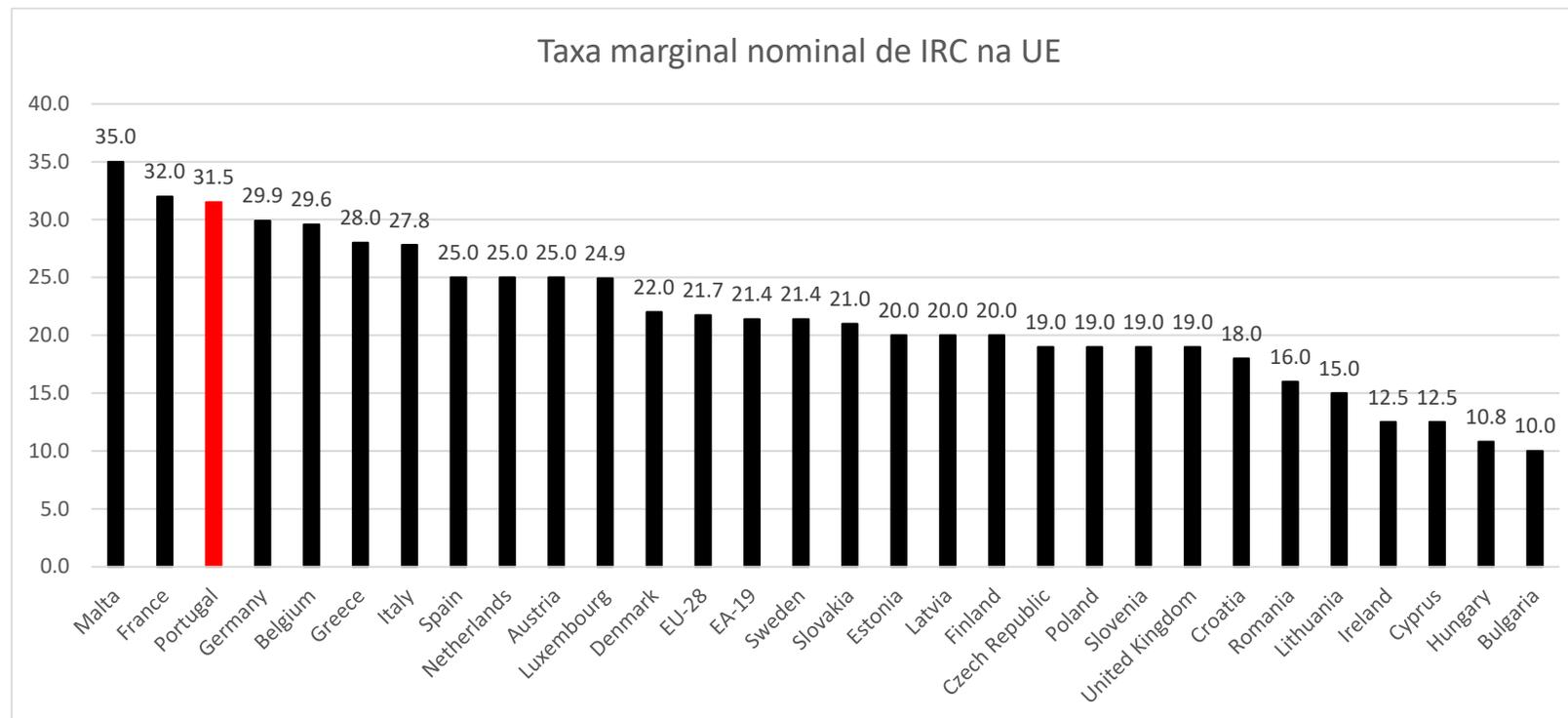


- Focalizar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação, nos transportes ferroviários e infraestruturas portuárias, na transição energética e para uma economia hipocarbónica, e no alargamento das interconexões energéticas, tendo em conta as disparidades regionais.
- Reforçar a estabilidade do setor financeiro, melhorando o acesso ao financiamento por parte dos agentes económicos.
- Permitir uma execução mais rápida das garantias associadas a empréstimos não produtivos, aumentando a eficiência dos processos de insolvência e de recuperação. Reduzir a carga administrativa e regulamentar que pesa sobre as empresas, principalmente através da redução dos obstáculos setoriais ao licenciamento. Elaborar um roteiro para reduzir as restrições nas profissões altamente regulamentadas. Aumentar a eficácia dos tribunais administrativos e fiscais, em especial através da redução da duração dos processos.
- Reforçar a descarbonização da economia e apostar num crescimento mais sustentável.



Parte IV

O sistema fiscal e a competitividade



Fonte: Taxation Trends 2018

Em matéria fiscal as principais críticas dos investidores são:

- **Instabilidade Fiscal**
- **Complexidade** do sistema fiscal
- **Morosidade** dos processos fiscais
- **Custos** de contexto no cumprimento das obrigações fiscais
- **Taxas** nominais de IRC e de IRS muito altas



- A “taxa natural de desemprego” em Portugal estará próximo dos 6%
- Há hoje falta de mão-de obra, sobretudo de mão de obra especializada
- As elevadas taxas marginais de IRS para níveis de rendimentos médios-altos são um problema na atração de mão-de-obra qualificada

	Taxa Marginal para escalão de rendimento bruto IRS	
	30 mil €	50 mil €
Portugal	37%	45%
Irlanda	20%	40%
Hungria	15%	15%
Eslováquia	19%	25%
Estónia	20%	20%



É a Fiscalidade um fator crítico para a competitividade e o crescimento económico?

Fiscalidade não
tem impacto

?

Fiscalidade é a
“Silver Bullet”

Aumentar
impostos

Reduzir impostos resolve todos os
problemas da economia



Fiscalidade não é a “silver bullet”, mas deve procurar ser um fator de atração de investimento e emprego:

- Mantendo as **empresas “que já cá estão”**
 - ✓ Permitindo crescimento das vendas e das margens
 - ✓ Atraindo mais investimento
- Atraindo **novas empresas e novos investimentos**
 - ✓ Em setores consolidados, ganhando escala
 - ✓ Em novos setores, permitindo entrar em novas cadeias de valor



- Existe uma abundante discussão na literatura económica relativamente ao efeito de reduzir a taxa nominal do Imposto sobre as Sociedades (no caso Português o IRC).
- Existem estudos que mostram algum impacto na descida do IRC no aumento do investimento e o crescimento.
- Mas também existem estudos que concluem por não haver qualquer impacto estatisticamente significativo.
- Contudo, a maioria da literatura económica aponta para um efeito positivo da redução das taxas de imposto, sobretudo quando são significativamente elevadas.
- (mais detalhes nos slides em anexo)



Parte V

Que programas e medidas
para uma economia mais
competitiva?



Visão estratégica sintetiza-se num único objetivo estratégico:

“Recuperar a economia e tornar Portugal um país muito mais competitivo e, no médio/longo prazo, um dos países mais competitivos no quadro da zona Euro”.



**PILAR 1:
Competitividade
e empresas**



**PILAR 2:
Desenvolvimento
o Humano**



**PILAR 3:
Sustentabilidade**



**PILAR 4:
Serviços
Públicos**



Uma economia mais competitiva



Pilar 1: Competividade, empresas e Digitalização

Desafio 1: Economia e empresas

Desafio 2: Transição Digital

Desafio 3: Sistema Fiscal



Pilar 2: Desenvolvimento Humano

Desafio 4: Desenvolvimento Humano

Desafio 5: Sociedade mais jovem

Desafio 6: país mais justo



Pilar 3: sustentabilidade e tecnologia

Desafio 7: Transição energética

Desafio 8: território mais coeso

Desafio 9: recursos endógenos

Desafio 10: Mobilidade



Pilar 4: Setor Público

Desafio 11: AP mais eficiente

Desafio 12: Justiça

Desafio 13: Contas Públicas

Desafio 14: SNS

Desafio 15: País global



Esse objetivo estratégico consubstancia-se num conjunto de objetivos operacionais:

- Aumentar as exportações para 50% do PIB até 2023 e para 60% do PIB até 2030.
- Melhorar o saldo externo, tendo contas externas equilibrada a partir de 2022.
- Reduzir a dívida pública para valores em torno dos 80% do PIB até ao final da década.
- Aumentar o investimento privado e público para um total de 20% do PIB até 2023 e 25% do PIB até 2030.
- Atrair um elevado Investimento Direto Estrangeiro (IDE).
- Dentro do IDE privilegiar os bens transacionáveis, sobretudo na área industrial, de elevado valor acrescentado.
- Reduzir o desemprego gerado por esta crise.
- Reduzir as desigualdades sociais e combater a exclusão e a pobreza.



- Criação de um regime de “Validação prévia de Investimento”
- Criação de um balcão único do investidor
- Reforço do papel da IFD (“Banco de Fomento”) e aumento C.S. para 1.000 M€
- Criação de 8 linhas diferentes de capitalização, com apoio do BEI, através do Banco de Fomento
- Criação de um programa “Green Card”, à imagem do tradicional programa Americano, de atração de imigração para Portugal de talentos e quadros especializados.
- Programa de criação de núcleos de inovação nas PME’s e centros de I&D nos grupos económicos e nas empresas, bem como de redes de inovação tecnológica (incubadoras, centros e parques tecnológicos), assim como centros de competência em data science e automação.



- Programa de criação e dinamização de clusters industriais e polos de competitividade e investigação, ligando Universidades, Institutos Politécnicos e centros de investigação das empresas e associações empresariais.
- Plano de valorização e promoção do ensino técnico em modelo DUAL, de escolas tecnológicas e do ensino Politécnico, concebido em estreita articulação com as empresas.
- Programa Ensino Superior-Indústria, bem como um programa de co-financiamento de formação empresarial para os quadros das PME's. Promover projetos de formação de empresários, capacitando-os nas áreas da gestão.
- Intensificar a ligação Universidades-empresas ao nível dos Politécnicos.
- Concentrar e majorar os incentivos comunitários, nos projetos que incluam uma elevada componente de inovação radical



- Após 2022, e dentro das restrições orçamentais existentes, reduzir a taxa nominal de IRC, que deverá atingir gradualmente um dos níveis mais competitivos da UE.
- Redução progressiva das derramas municipal e estadual, permitindo uma redução da taxa marginal do IRC para um valor abaixo dos 25% em 2030.
- Reorganizar o regime simplificado, tornando-o um regime de muito mais fácil aplicação e que reduza o esforço fiscal das pequenas e microempresas.
- Alterar o regime de reporte de prejuízos para um sistema de “carry back losses”, em que as empresas possam abater os prejuízos fiscais aos lucros tributados em exercícios anteriores.
- Rever os benefícios e isenções fiscais às empresas
- Melhorar as condições previstas no RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento.
- Permitir em determinados setores e ativos (ligados sobretudo a setores tecnológicos) taxas de depreciação aceleradas.



- Reforçar o regime fiscal de patentes e inovações.
- Alargar, ainda mais, o âmbito de aplicação do Regime de Dedução por Lucros retidos e Reinvestidos.
- Incentivar o investimento produtivo através de créditos fiscais ao investimento, à semelhança do regime do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, implementado em 2013.
- Tornar o regime fiscal mais atrativo para a capitalização das empresas, permitindo, em determinadas condições, alguma dedutibilidade fiscal do reforço dos capitais próprios, reduzindo a vantagem fiscal do endividamento.
- Criar um regime fiscal de apoio à aquisição/criação de filiais no estrangeiro por parte de empresas nacionais, nomeadamente permitindo, em condições específicas, deduzir fiscalmente o goodwill da aquisição



- “Acordo Multilateral de Fiscalidade” com os PALOPS e outros países em África e América Latina.
- Renovar incentivos às regiões do interior
- As Sociedades Comerciais dedicadas exclusivamente à atividade de Business Angel devem ter um regime próprio de participation exemption total.
- Criar um regime legal e fiscal que agilize e incentive aquisições e fusões no universo das PMEs.
- Introdução de incentivos fiscais para a realização de operações em mercado de capitais.
- Isenções específicas nos financiamentos bancários e garantias.



- “Funcionamento da justiça fiscal mais eficaz e implementação de um sistema de controlo do cumprimento tempestivo das decisões judiciais por parte da AT.
- Devolução célere dos impostos pagos que tenham sido anulados por decisões administrativas.
- Simplificação e redução das obrigações e declarações fiscais e simplificação dos procedimentos de liquidação e pagamento do IVA.
- Alargamento do regime de IVA de caixa e alargamento dos prazos de pagamento do IVA.
- Melhoria substancial do regime de reembolso do IVA das empresas exportadoras, reduzindo os prazos de reembolso.
- Aprofundamento e simplificação do procedimento da compensação de créditos não tributários sobre a administração directa do Estado.



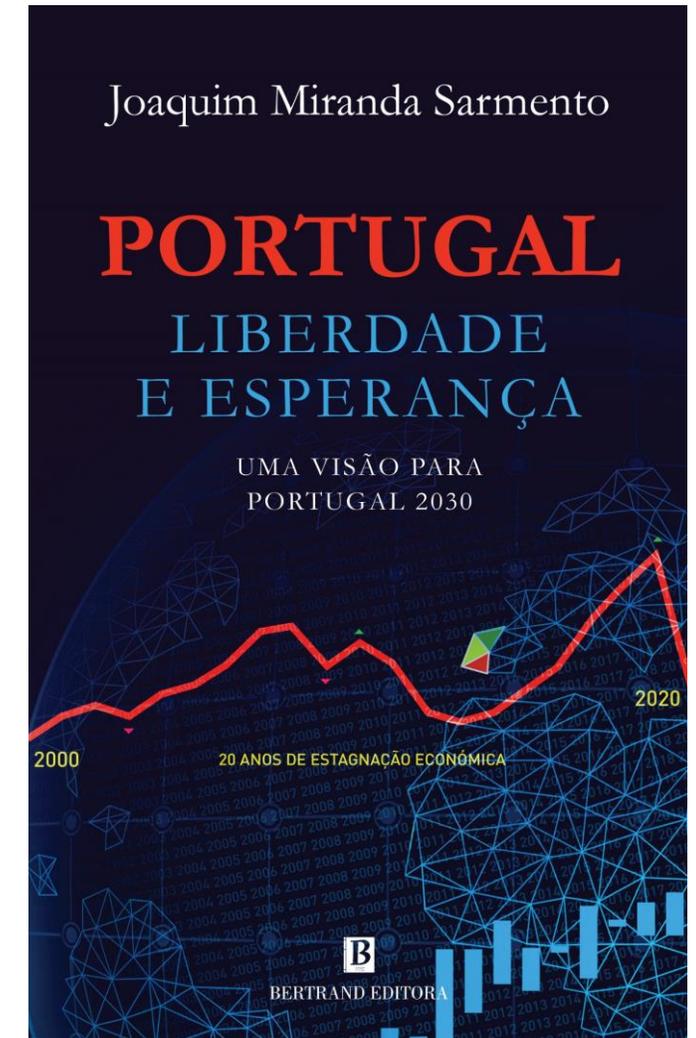
Parte VI

As 4 prioridades



O atraso e a estagnação económica dos últimos 20 anos resultam de 3 grandes causas, a que se junta uma “ameaça” para os próximos 10-20 anos:

- Qualidade das Instituições
- Capital Humano e Educação
- Competitividade da Economia, digitalização e descarbonização
- Inverno demográfico, Segurança Social, desigualdades e pobreza





Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



Joaquim Miranda Sarmiento

jsarmiento@iseg.ulisboa.pt

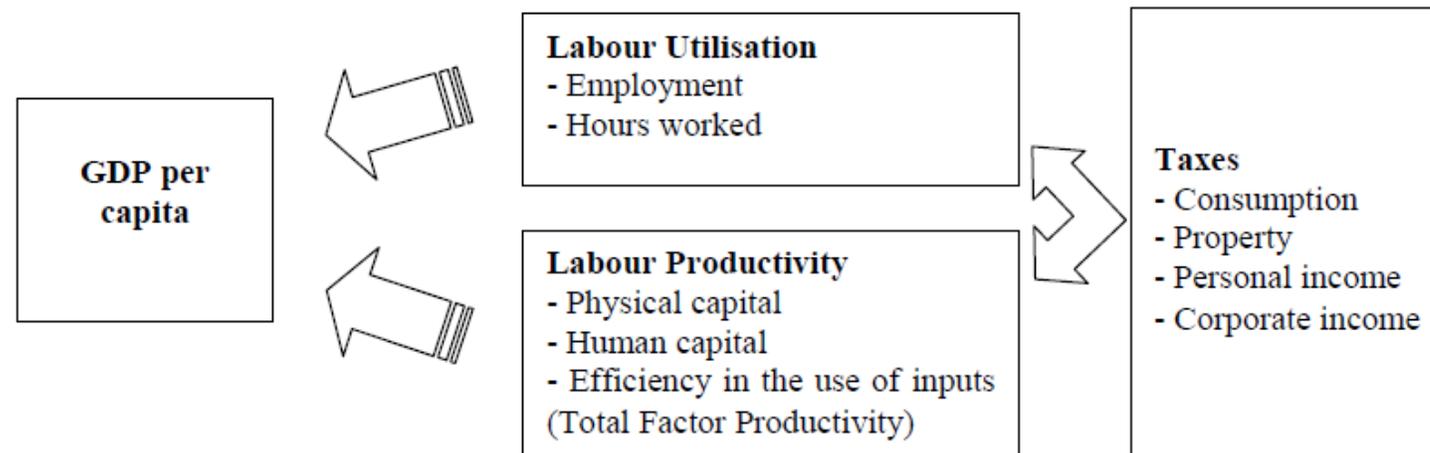
MUITO
OBRIGADO!

ANEXOS

Fiscalidade tem impacto SIGNIFICATIVO no crescimento da economia

- Johansson et al. (2008), num estudo dos países da OCDE, concluíram que o imposto que mais prejudica o crescimento é o IRC.

Figure 12. Taxes affect the determinants of growth



Fiscalidade tem impacto SIGNIFICATIVO no crescimento da economia

- ❑ Hansen & Kalambokidis (2010) mostram impactos ao nível regional (Minnesota) de reduções e reformas do IRC
- ❑ Djankov et al (2010, num survey internacional, mostram como a taxa efetiva de IRC tem um efeito muito negativo no crescimento, IDE e empreendedorismo. Resultados similares para a Europa em Da Rin et al. (2011)
- ❑ Rathelot and Sillard (2008) mostram para a França que a criação de empresas está diretamente relacionado (embora com um efeitos reduzidos) com o nível de fiscalidade
- ❑ Devereux et al. (2007), para o Reino Unido, concluem que as empresas respondem mais a estímulos fiscais e às condições não-fiscais do que a subsídios.

Fiscalidade tem impacto SIGNIFICATIVO no crescimento da economia

- ❑ Devereaux et al. (2002) e Slemrod (2004) conclui que os países competem entre si na taxa nominal, efetiva, mas também na efetiva marginal.
- ❑ Chang et al. (2017) conclui que uma redução do IRC tem impacto positivo, sobretudo na atração de IDE, embora tal dependa do tipo de dupla tributação internacional existente no país.
- ❑ Aumentos nas taxas de IRC leva a reduções significativas no emprego e salários, enquanto que cortes de IRC, sobretudo se em recessão, leva a um “boost” da atividade económica.
- ❑ House & Shapiro (2006) concluíram que a reforma fiscal dos EUA em 2003, reduzindo os impostos sobre as empresas, foi responsável pelo “boost” económico dos anos seguintes, após a recessão 2001-2002, que se seguiu ao 11 de Setembro.

Relativamente ao caso Português, o único estudo conhecido é o de Barros (2016).

O autor conclui que a introdução de um IRC reduzido para o interior, que ocorreu em 2001, levou a que :

- Houvesse um aumento do número de empresas criadas nos municípios abrangidos pela medida.
- Um aumento da taxa de sobrevivência dessas empresas.

No entanto não há qualquer evidência que esse efeito não resulte apenas da criação do benefício fiscal.

Isto é, o estudo é inconclusivo relativamente a futuras reduções de taxas.

Fiscalidade tem impacto NÃO SIGNIFICATIVO no crescimento da economia

- ❑ Myles (2000): Fiscalidade tem impacto reduzido nos modelos de crescimento.
- ❑ Fisman & Svensson (2007): Instituições e baixa corrupção são mais importantes que a fiscalidade.
- ❑ Diversos autores (ex: Fuest, 2002, 2018; Bilicka, 2019) concluem que as empresas perante reduções de IRC optam por fazer “profit shipping”.
- ❑ Yagan (2015) estimou que o corte de impostos sobre os dividendos na reforma fiscal dos EUA em 2003 não teve impacto no investimento e no emprego, mas com efeito no aumento da distribuição de dividendos (Chetty, 2005; Brown et al., 2007).

Um paper de Meta-Análise conclui que o fator fiscal tem menos importância que Justiça e qualidade da mão de obra

Nijkamp, P., & Poot, J. (2004).
Meta-analysis of the effect of fiscal
policies on long-run growth.
European Journal of Political
Economy, 20(1), 91-124.

Importante:

Paper de 2004

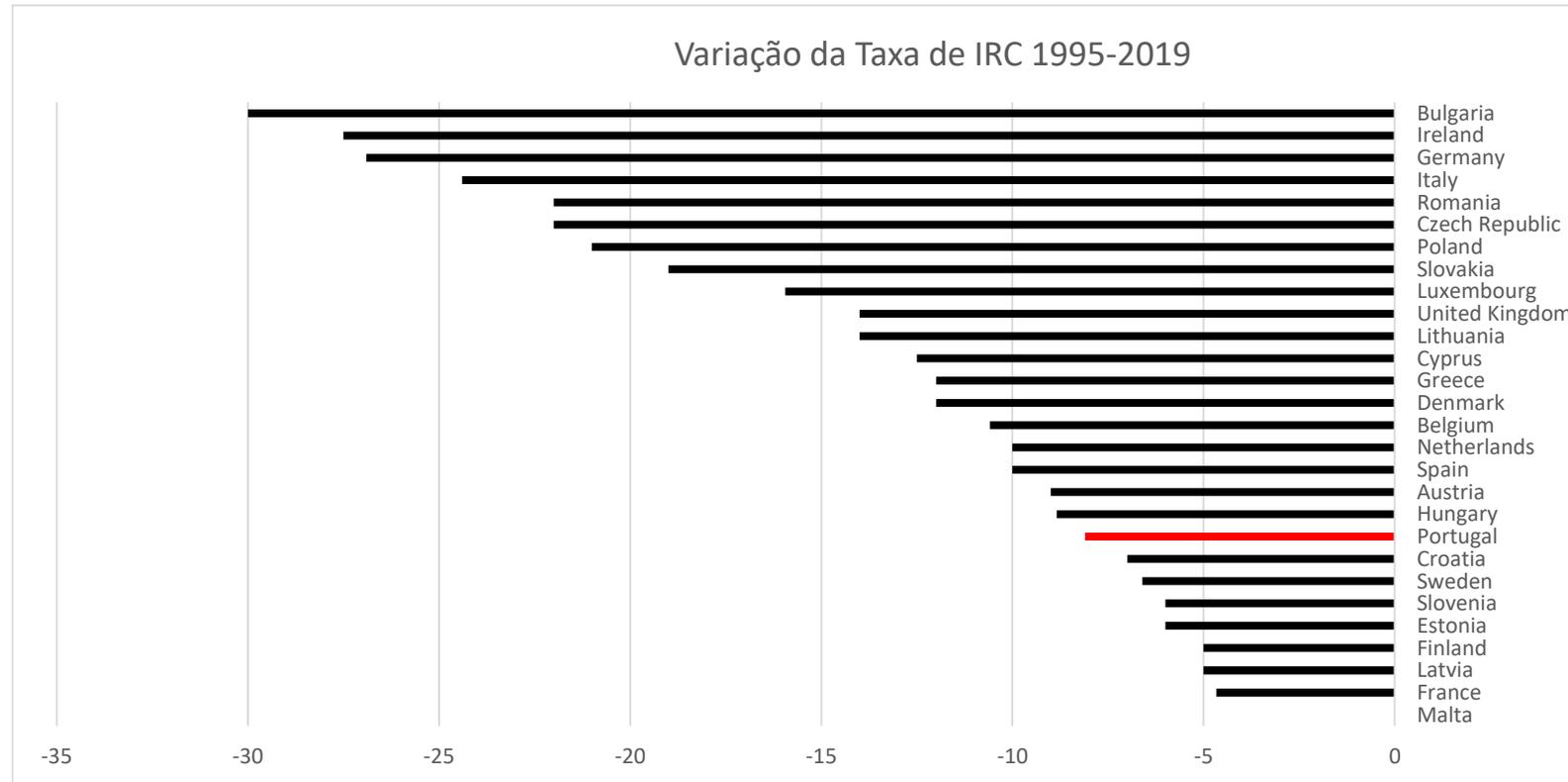
Estudos analisados
baseiam-se em dados dos
anos 70, 80 e 90

Não é crível que passados
20 anos esta conclusão
ainda seja atual e credível



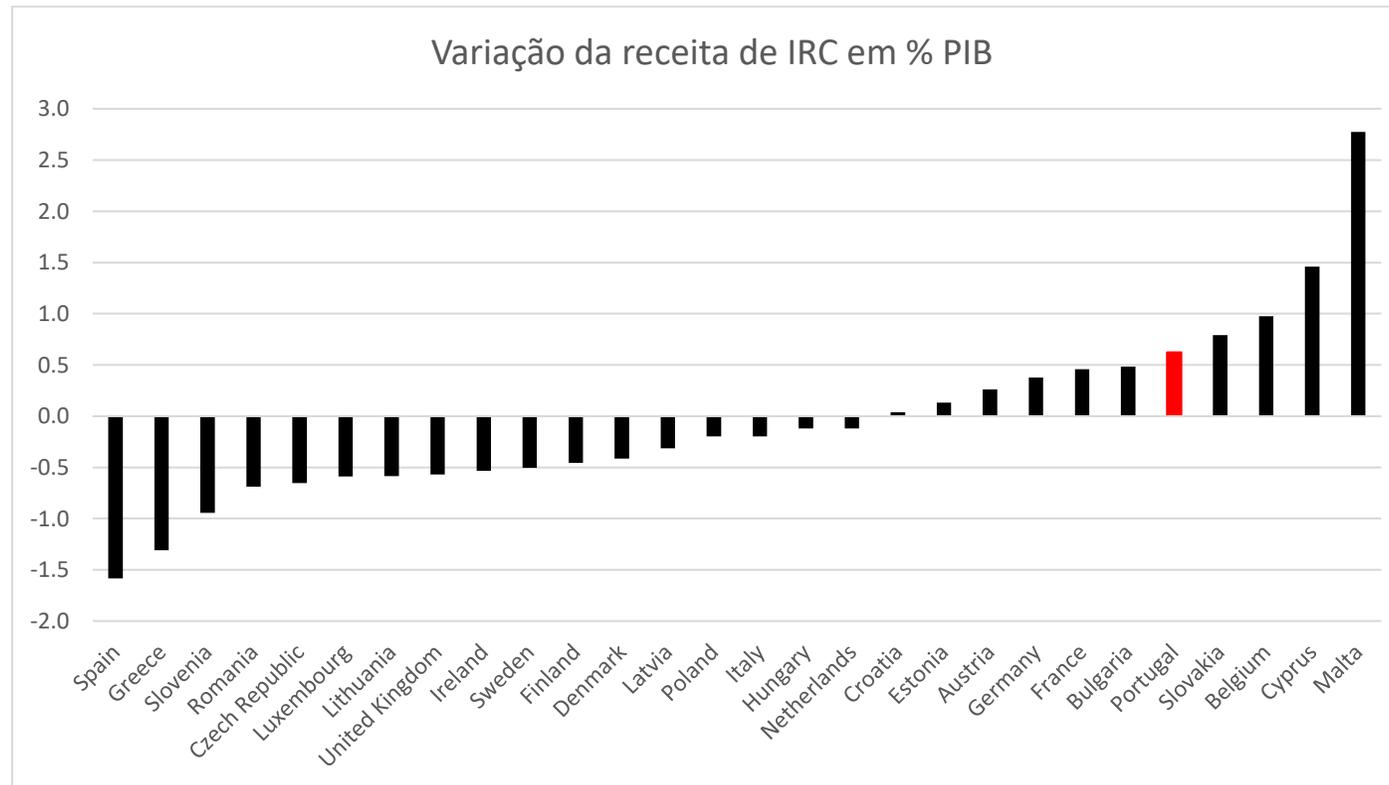
A FISCALIDADE NO CONTEXTO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Os países têm reduzido substancialmente as suas taxas de IRC nos últimos 25 anos



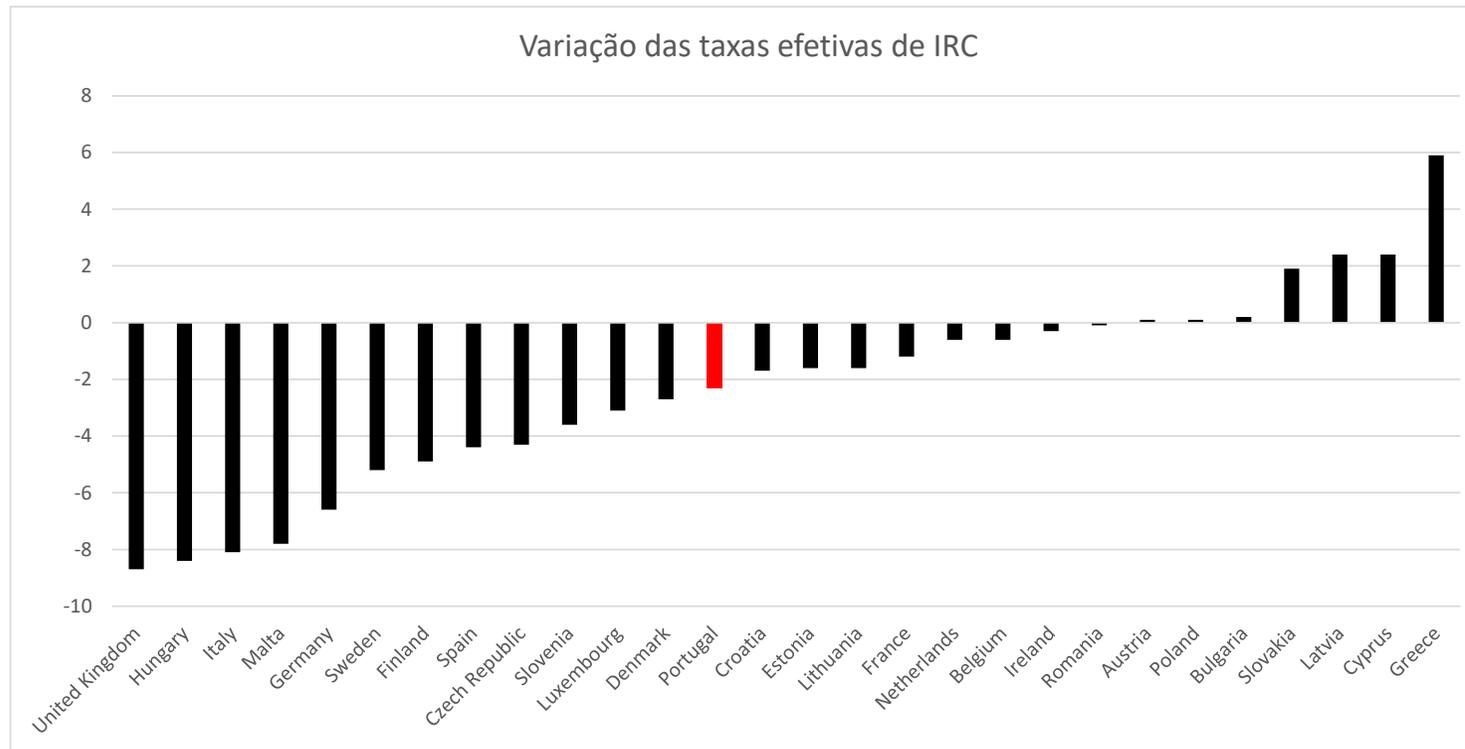
Fonte: Taxation trends 2019

Mas sem perda significativa de receita fiscal



Fonte: Taxation trends 2019

Isto porque as taxas efetivas de IRC não se reduziram tanto como as taxas nominais



Fonte: Taxation trends 2019

Referências

- Barros, V. M. S. (2016). Three essays on corporate taxation: financial reporting, value, and firm creation.
- Bilicka, Katarzyna Anna. 2019. "Comparing UK Tax Returns of Foreign Multinationals to Matched Domestic Firms." *American Economic Review*, 109 (8): 2921-53.
- Brown, J. R., Liang, N., & Weisbenner, S. (2007). Executive financial incentives and payout policy: Firm responses to the 2003 dividend tax cut. *The Journal of Finance*, 62(4), 1935-1965.
- Chang, C. W., Chen, M. C., & Chen, V. Y. (2017). Are Corporate Tax Reductions Real Benefits under Imputation Systems?. *European Accounting Review*, 26(2), 215-237.
- Chetty, R., & Saez, E. (2005). Dividend taxes and corporate behavior: Evidence from the 2003 dividend tax cut. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(3), 791-833.
- Da Rin, M., Di Giacomo, M., & Sembenelli, A. (2011). Entrepreneurship, firm entry, and the taxation of corporate income: Evidence from Europe. *Journal of public economics*, 95(9-10), 1048-1066.
- Devereux, M. P., Griffith, R., & Simpson, H. (2007). Firm location decisions, regional grants and agglomeration externalities. *Journal of public economics*, 91(3-4), 413-435.
- Devereux, M. P., Lockwood, B., & Redoano, M. (2008). Do countries compete over corporate tax rates?. *Journal of Public Economics*, 92(5-6), 1210-1235.
- Djankov, S., Ganser, T., McLiesh, C., Ramalho, R., & Shleifer, A. (2010). The effect of corporate taxes on investment and entrepreneurship. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 2(3), 31-64.
- Fisman, R., & Svensson, J. (2007). Are corruption and taxation really harmful to growth? Firm level evidence. *Journal of development economics*, 83(1), 63-75.
- Fuest, C., & Weichenrieder, A. J. (2002). Tax competition and profit shifting: On the relationship between personal and corporate tax rates.
- Fuest, Clemens, Andreas Peichl, and Sebastian Siegloch. 2018. "Do Higher Corporate Taxes Reduce Wages? Micro Evidence from Germany." *American Economic Review*, 108 (2): 393-418.
- Hansen, T. J., & Kalambokidis, L. (2010). How are businesses responding to Minnesota's tax-free zone program?. *Economic Development Quarterly*, 24(2), 180-192.

Referências

- House, C. L., & Shapiro, M. D. (2006). Phased-in tax cuts and economic activity. *American Economic Review*, 96(5), 1835-1849.
- Johansson, Å., Heady, C., Arnold, J., Brys, B., & Vartia, L. (2008). Taxation and economic growth.
- Ljungqvist, Alexander and Smolyansky, Michael (2018), To Cut or Not to Cut? On the Impact of Corporate Taxes on Employment and Income, NBER Working Paper No. 20753
- Myles, G. D. (2000). Taxation and economic growth. *Fiscal studies*, 21(1), 141-168.
- Rathelot, R., & Sillard, P. (2008). The importance of local corporate taxes in business location decisions: Evidence from French micro data. *The Economic Journal*, 118(527), 499-514.
- Sarmiento (2019a), Manual teórico-prático de IRC, Almedina
- Sarmiento (2019b), Manual teórico-prático de IVA, Almedina
- Sarmiento & Dinis (2013), "A Zona Franca da Madeira é um off-shore?", *Revista Portuguesa de Contabilidade*
- Slemrod, J. (2004). Are corporate tax rates, or countries, converging?. *Journal of Public Economics*, 88(6), 1169-1186.
- Yagan, Danny. 2015. "Capital Tax Reform and the Real Economy: The Effects of the 2003 Dividend Tax Cut." *American Economic Review*, 105 (12): 3531-63.



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem



CONTACT CENTERS
PORTUGAL

**FROM IMPORTANT
TO INDISPENSABLE**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL APCC 2021 24 de novembro de 2021 | Hotel Cascais Miragem